

Revista\_Imprensa\_14\_Abril\_2020

1. Que ninguém esconda informação!, Correio da Manhã, 14/04/2020	1
2. Editorial - Como a covid-19 transformou Costa num homem do povo, i, 14/04/2020	2
3. Retoma económica. Costa ouve académicos e economistas, i, 14/04/2020	3
4. Ensino. "O risco maior da solução é o agravamento das desigualdades", i, 14/04/2020	4
5. "A máscara não permitirá fazer coisas que não se faziam até aqui", i, 14/04/2020	6
6. Creches pedem apoio de 150EUR por criança para evitar falência em massa, Jornal de Notícias, 14/04/2020	9
7. Professores com novo desafio para avaliação no 3º período, Jornal de Notícias, 14/04/2020	11
8. Privados contra decisão da Saúde de só pagar utentes vindos do SNS, Jornal de Notícias, 14/04/2020	14
9. Têxtil pronto a produzir milhões de máscaras, Jornal de Notícias, 14/04/2020	16
10. Carteiros vão deixar de exigir assinaturas, Negócios, 14/04/2020	19
11. Mexidas nos prazos legais baralham concursos públicos, Negócios, 14/04/2020	20
12. Editorial - O conforto da emergência, Negócios, 14/04/2020	23
13. A cor do dinheiro, Negócios, 14/04/2020	24
14. Costa ouve economistas sobre saída da crise, Negócios, 14/04/2020	26
15. Voltar ao trabalho de máscara e mais 11 medidas pedidas ao Governo e ao Presidente, Público, 14/04/2020	27
16. Costa em videoconferência com 25 economistas e académicos, Público, 14/04/2020	28
17. Entrevista a Sérgio Rebelo - "Há empresas que deixaram de ser viáveis. Crédito não vai ajudar", Público, 14/04/2020	29
18. Educação - Novas regras prejudicam alunos que querem melhoria de nota para entrar na universidade - Um quarto dos alunos não fez os trabalhos de casa, Público, 14/04/2020	32
19. PSD apresenta programa para relançar economia em Junho, Público, 14/04/2020	35
20. O Respeitinho não é bonito, Público, 14/04/2020	36
21. Carteiros vão pedir cartão, Público, 14/04/2020	37
22. Fiscalização laboral tem metade dos inspectores previstos, Público, 14/04/2020	38
23. Máscaras para todos em locais fechados e movimentados, Público, 14/04/2020	40
24. Oeste - 10 mil sem emprego, Correio da Manhã, 14/04/2020	41
25. Despedimentos - ACT mais informada. Correio da Manhã. 14/04/2020	42

26. "Será muito exigente e com um esforço maior" entrevista a Mário Nogueira, Correio da Manhã, 14/04/2020	43
27. Economia real testa regresso no mês de Maio, Correio da Manhã, 14/04/2020	44
28. Covid-19. Eugénio Rosa alerta: crise já chegou aos trabalhadores, i, 14/04/2020	47
29. CGTP. Despedimento de jovens trabalhadores, i, 14/04/2020	48
30. Poderes contra despedimento coletivo ilegal, i, 14/04/2020	49
31. Lei de perdão de penas. Um terço dos reclusos já saiu das prisões, i, 14/04/2020	50
32. Cadeias já têm menos 761 reclusos, Jornal de Notícias, 14/04/2020	51
33. ACT com reforço para verificar despedimentos coletivos ilegais, Jornal de Notícias, 14/04/2020	53
34. PGR avisa MAI de que é proibido à PSP e GNR exigir teste de gravidez na admissão de mulheres, Público, 14/04/2020	54



CORREIO dal manhã

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 34

Cores: Cor

Área: 25,70 x 20,81 cm²

Corte: 1 de 1



O POVO E A LEI

A SOBERANIA, UNA E INDIVISÍVEL, RESIDE NO POVO



ANDRÉ VENTURA Professor universitário

ESTADO DE EMERGÊNCIA

## Que ninguém esconda informação!

á sabemos que o Estado de Emergência obriga a limitações indesejáveis: na liberdade económica, na liberdade de circulação e de fruição de espaços sociais e equipamentos públicos. Mais ainda na luta contra um inimigo desconhecido, capaz de provocar morte e sofrimento a uma escala global assustadora.

De um dia para o outro, começamos a ouvir falar em 'cercas sanitárias', 'cordões de saúde pública', dever de proteção, obrigação de confinamento. Uma espécie de linguagem de guerra a que as sociedades ocidentais já não estavam, de todo, habituadas!

No meio deste enorme curto-circuito, apenas a informação nos pode valer. Não temos sido particularmente brilhantes nesse campo: limitamos o poder dos autarcas em divulgar informação, aquilo que pode ou não ser comunicado pela DGS e até a informação fidedigna para ser analisada pela comunidade científica. Sim, aconteceu no Parlamento português!

Aqui e ali começam a ouvir-se apelos a contenção da imprensa e dos opinion makers. Começa a querer impor-se um pesado silêncio perante as realidades mais constrangedoras e desafiantes desta pandemia. Quando devíamos estar a discutir o apoio à imprensa livre, estamos a ver formas, mais ou menos encapotadas, de limitar o seu poder de escrutinio. Quando devíamos promover plataformas de divulgação massiva de in-



#### O DIREITO DE INFORMAR NÃO PODE SER RESTRINGIDO

NUMA ALTURA DESTAS OU A DEMOCRACIA ENTRA EM QUARENTENA

formação, fazemos o contrário, o que resulta num evidente crescendo de informação falsa ou desatualizada.

Não podemos prescindir da democracia e da imprensa livre numa altura destas. É tudo o que nos resta para acreditar que as nossas sociedades livres ainda são o melhor dos modelos existentes de organização. Não usem esta crise sanitária como pretexto para matar a liberdade!

Se há carência de material, assuma - se sem complexos. Foquemos as nossas forças produtivas nisso! Se há factos que não parecem corretos, olhemos para eles e discutamos o que deve ser analisado. Se há contradições com os números dos autarcas e do Governo, comparemo-los friamente, sem receios. Afinal, não é isso que significa sermos sociedades livres?

#### A PERSONALIDADE

#### BORIS JOHNSON

■ O PM inglês saiu dos cuidados intensivos e já teve alta hospitalar, apesar de se manter reservado e em vigilância por mais algumas semanas. Foi uma dura e enorme lição de vida para Boris, que inicialmente desvalorizou o vírus e a sua capacidade de disseminação e letalidade. O governante inglês agradeceu a todos os que cuidaram dele e prometeu um forte investimento na saúde dos britânicos. Valeu!

#### + PLANALTO DE CRESCIMENTO

Os novos casos de Covid-19 parecem começar a aplanar, tendo-se ontem registado o menor aumento bruto desde o início. Estaremos a ver luz ao fundo do túnel?

#### LIBERTAÇÃO APRESSADA

A libertação apressada de reclusos, igualmente criticada pelo sindicato dos magistrados do MP e dos guardas prisionais, pode vir a causar sérios estragos em termos de segurança coletiva.

#### **CISION**°

ID: 85960389



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 2

Cores: Cor



Corte: 1 de 1



#### EDITORIAL

Como a covid-19 transformou Costa num homem do povo



#### Vítor Rainho

Sim, é verdade. Os políticos devem dar o exemplo, até para que os outros o sigam. Falo, obviamente, dos cuidados necessários que todos temos de ter para não propagar o coronavírus. Nada de apertos de mão, nada de contacto físico, uso de máscaras (já lá vamos), luvas e gel desinfetante. Tudo isso é verdade, mas atacar António Costa porque apertou a mão a um ministro e foi à praça fazer compras só com uma luva - não consta que a DGS já tenha aconselhado o uso - e tocou na cara, etc., parece-me um enorme absurdo. Costa tem dado uma imagem segura e de proximidade com os cidadãos. Onde falhou no passado, como foi o caso dos incêndios, tem-se revelado um verdadeiro mestre no combate a esta pandemia. As imagens do primeiro-ministro de calças de ganga, com um saco reutilizável na mão, a simpatia com a peixeira, são positivas para um país que está deprimido em casa. Costa revela, assim, uma faceta humanista que pouco se viu noutros contactos de rua. Fica-lhe bem e, a bem da verdade, não fez nada de errado. Quanto ao aperto de mão ao ministro, nada que um pouco de gel desinfetante não "cure" imediatamente. É certo que não o devemos fazer mas, sempre que há um excesso de emotividade, nada como corrigi-lo a seguir. Mas voltemos às máscaras. Parece cada vez mais evidente que a Direção-Geral da Saúde não determinou antes o seu uso para todos aqueles que vão a espaços fechados por receio de que não houvessem em quantidade suficiente. Se mesmo as mais rudimentares faltavam nos hospitais, imaginemos o que seria com a população a usá-las quando ainda não havia em stock. Claro que o Governo, este como qualquer outro, teria de omitir alguns casos. Costa ainda deve estar arrependido de ter dito que não faltava material algum nos serviços de saúde. Mas se o seu objetivo era o de não alarmar os portugueses, aos jornalistas cabe a tarefa de denunciar o que falta e o que está mal. São duas missões diferentes e que não podem confundir-se.





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

**Pág**: 9

Cores: Cor

**Área:** 13,95 x 16,09 cm<sup>2</sup>





#### Retoma económica. Costa ouve académicos e economistas

Primeiro-ministro ouve hoje especialistas para preparar respostas face à crise pandémica da covid-19.

O primeiro-ministro, António Costa, ouve hoje vários académicos e especialistas, por videoconferência, com dois objetivos: perspetivar a situação económica em plena crise pandémica da covid-19 e, ao mesmo tempo, procurar contributos para relançar a atividade económica.

O encontro ocorre na semana em que termina o atual prazo do estado de emergência (17 de abril) e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa já disse ser sua convição renovar por mais 15 dias. Assim, Costa quer ouvir "Nuno Alves, do Banco de Portugal; Nazaré da Costa Cabral, do Conselho de Finanças Públicas; Carlos Coimbra, do INE; António da Ascensão Costa, do ISEG e João Borges de Assunção, da Universidade Católica Portuguesa, sobre as perspetivas para a economia em contexto de crise pandémica, segundo uma nota oficial do gabinete do primeiro-ministro.

Já sobre o relançamento da atividade económica "em contexto de crise pandémica", o primeiro-ministro vai ouvir "Catarina Reis e Francisca Guedes de Oliveira, da Universidade Católica; Luís Catão e Antônio Afonso, do ISEG; Ricardo Paes Mamede e Alexandra Ferreira Lopes, do ISCTE; Miguel Ferreira e Susana Peralta, da Universidade Nova SBE; Fernando Alexandre e João Cerejeira, da Universidade do Minho; José Caetano e Miguel Rocha de Sousa, da Universidade de Évora; Pedro Gil e Pedro Teixeira, da Universidade do Porto; Pedro Bação e



Tiago Sequeira, da Universidade de Coimbra; João Amador, do Banco de Portugal; Miguel St. Aubyn, do Conselho Finanças Públicas; Ricardo Reis, da London School of Economics e Miguel Faria e Castro, da Federal Reserve Bank of St. Louis", de acordo com a mesma nota.

De realçar que também o presidente do PSD, Rui Rio, disse numa entrevista à SIC, no passado dia 9, que o estado de emergência deveria ser renovado.

Por seu turno, o secretáriogeral do PCP, Jerónimo de Sousa, gravou uma declaração em vídeo onde alerta contra despedimentos. "É verdade que o vírus é perigoso e pode matar, mas agravar a exploração e o empobrecimento, despedir abusivamente, cortar salários, desregular horários de trabalho e negar proteção social aos sectores mais vulneráveis também destrói vidas", declarou Jéronimo de Sousa num vídeo de mais de seis minutos, divulgado na rede social Facebook pelo PCP. Jerónimo pediu ainda que se cante a canção "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso e o Hino Nacional no próximo dia 25 de Abril à janela. Cristina Rita



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária Âmbito: Informação Geral **Pág:** 5

Cores: Cor

Área: 22,60 x 31,50 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



#### Ensino.

## "O risco maior da solução é o agravamento das desigualdades"

Ex-ministro da Educação Oliveira Martins deixa alerta. Marçal Grilo acrescenta que "aqueles que menos têm ficam pior".

CRISTINA RITA cristina.rita@ionline.pt

O terceiro período do ano letivo arranca oficialmente hoje e o Governo apontou a data de 4 de maio para decidir se são possíveis as aulas presenciais para os alunos do 11.º e do 12.º ano, com regras específicas para cumprir as condições de segurança. Mas ainda não há certeza absolutas.

E o que pensam antigos ministros da Educação sobre as solucões encontradas? O i ouviu três antigos governantes com a tutela da Educação, de diferentes Governos. E as respostas são cautelosas, porque ninguém estava preparado para a covid-19. Nuno Crato (2011-2015), Marcal Grilo (1995-1999) e Guilherme d'Oliveira Martins (1999-2000) concordam que não existem soluções ideais. E deixam avisos e até algumas sugestões. Mas vamos por partes.

O antigo ministro da Educacão Guilherme d'Oliveira Martins (num Governo do PS) considera que a solução encontrada "é a possível". Mas "o risco maior da solução é o agravamento das desigualdades, uma vez que quem tem apojos familiares será inexoravelmente beneficiado. O ótimo é inimigo do bom, como sabemos. Não pode haver qualquer tentação de facilidade", defende o também ex-presidente do Tribunal de Contas. O que seria inaceitável era a hipótese de passagens administrativas, via secretaria: "Entendo que deverá haver especial cuidado na sua aplicação. As passagens administrativas são inaceitáveis. O rigor e a exigência deverão ser preservados tanto quanto possível".

Para Nuno Crato, antigo ministro da Educação no período da troika, num governo PSD/CDS. há que começar por reconhecer que "estamos a assistir a um imenso esforço e trabalho dos professores, acompanhado por um grande esforço dos pais e alunos. Os tempos exigem-no, mas nada é fácil". Num comentário escrito para o i, Nuno Crato lembra que "além das dificuldades sempre presentes no ensino à distância em qualquer das suas vertentes, enfrentamos agora as dificuldades de termos de nos reajustar num prazo muito curto". Para o ex-governante, a experiência do confinamento social, aliada ao estado de emergência por razões sanitárias, demonstrou as fragilidades do ensino à distância: "Estamos todos a perceber que o ensino à distância tem as suas dificuldades e inconvenientes. Algum utopismo, que tinha sido disseminado, de que os computadores permitem um ensino melhor e mais interativo do que o ensino presencial está a revelar-se isso mesmo, uma ideia utópica". Assim, Nuno Crato faz questão de desabafar: "Hoje, todos temos saudades de aulas presenciais, com professores e alunos reais, de carne e osso, e diálogo olhos nos olhos. A tecnologia é útil, mas o professor continua a ser central, tal como central é a interação entre professores e alunos". Por fim. dá conselhos, baseados em vários estudos discutidos

no site da Iniciativa Educação para tentar melhorar o ensino não presencial. Para o efeito, sugere três medidas: "A primeira é ir direto ao essencial, tentar simplificar a mensagem de forma que ela exprima os conceitos principais, e não procure explorar todas as suas ramificações. A segunda é condensar os concei-

tos e atividades em pequenos blo-

Marcal Grilo diz que haverá 'grandes perturbações" no próximo ano letivo

Nuno Crato considera que o ensino à distância tem dificuldades e inconvenientes cos, em vez de blocos grandes. A terceira é provocar a máxima interação, realizar frequentemente pequenas tarefas que ajudem todos a verificar se os conceitos estão bem apreendidos".

QUEM COMANDA É O VÍRUS Na opinião de Marçal Grilo, antigo ministro da Educação, a situação é complexa e, basicamente, ninguém estava preparado para implementar o ensino à distância nestes moldes e por estes motivos. O que está a tentar fazer-se "é minimizar os danos, porque isto tem danos", avisa Eduardo Marçal Grilo. No fim da linha, a reabertura parcial e gradual das escolas só depende da evolução do vírus: "Quem comanda isto é o vírus. Talvez seja de pensarmos que o ano escolar possa escorregar", admite o antigo governante, sublinhando também que se deu um "salto grande" com o recurso ao ensino com a ajuda da internet, do qual "não havia uma experiência continuada" no país. Para Marçal Grilo, as soluções são complexas: defende que a telescola nos anos 60 foi uma "experiência, em geral, bem-sucedida", mas adverte que há um problema sério para o 11.ºe o 12.º ano de escolaridade "porque envolve um exame nacional que é fundamental para a entrada no ensino superior". Em seu entender, "terá de haver algum ensino presencial" para a realização destes exames. Além disso, há outra certeza: "Quer queiramos quer não, este ano escolar vai trazer grandes perturbações para o próximo ano letivo. Isto vai ter repercussões. No ano [letivo] de 2020/2021 vai ter de haver aulas de recuperação", sugere.

Tal como Nuno Crato, Marçal Grilo defende que "o ensino presencial dificilmente é substituível pelo ensino à distância. (...) Isto não toca a todos da mesma forma. (...) Aqueles que menos têm ficam pior do que aqueles que mais têm" ou seja, as desigualdades podem aumentar.



Página 4



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 22,30 x 12,57 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



1,50 €// Terça-feira, 14 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Núrmero 3187 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vitor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec. : Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves



#### JUNTOS VAMOS CONSEGU

Aos Heróis Anónimos, OBRIGADO!

O i presta homenagem a todos aqueles milhares de cidadãos anónimos, profissionais de saúde mas não só, que nestes longos dias e semanas de confinamento e combate à pan-

demia do novo coronavírus se mantêm estoicamente nos seus postos de trabalho, arriscando a sua própria saúde e muitas vezes abdicando da companhia dos seus familiares. Um sacrificio maior ainda, e partilhado por todos, nesta altura de Páscoa.

Esta homenagem, com um conjunto de reportagens e depoimentos que se iniciou na edição de quinta-feira passada, continuará até à edição desta sexta-feira.

A nós juntaram-se neste sentido Obrigado! dezenas de empresas, fundações.

associações, bancos, ordens, municípios que, tal como os nossos tão caros leitores, assim apoiam também o projeto jornalistico do jornal i e do semanário SOL.

JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!

























CENTURY 21. Portugal





#### HERÓIS ANÓNIMOS. "NÓS JÁ ESTAMOS VACINADOS PELO LIXO"

// PÁGS. 14-19

Personalidades de vários setores apelam ao regresso à normalidade

// PÁGS, 2-3

"A máscara não permitirá fazer coisas que não se faziam até aqui"

// PÁGS. 6-7

Saúde. Plano de emergência para "Aquilo a que se retomar resposta assiste nos lares a doentes não covid

// PÁG. 8

#### Coronavírus.

é uma questão dramática"

// PÁG. 32

Centeno diz que este trimestre "será 4 a 5 vezes pior" do que seria imaginável

// PÁG. 32



14-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 6

Cores: Preto e Branco

**Área:** 22,60 x 31,50 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 3



A Radar //

Setor textil já se tinha disponibilizado para produzir máscaras. Empresas vão receber especificações técnicas da DGS e máscaras sociais serão certificadas

MAFALDA GOMES



### "O uso de máscaras não é para permitir fazer coisas que não se faziam até aqui"

Depois de vários apelos, a DGS passou ontem a recomendar uso de máscaras em espaços fechados.

MARTA F. REIS marta.reis@ionline.pt

Apanha transportes públicos para ir para o trabalho? Vai sair para ir ao supermercado? Deve manter todos os cuidados, como a distância de segurança e lavagem frequente das mãos, e a partir de agora a orientação nacional passa a ser também utilizar uma máscara em locais fechados com maior concentração de pessoas, o que deverá também abranger os funcionários destes espaços, que até aqui trabalhavam sem máscara, por exemplo em hipermercados.

Depois de vários apelos da comunidade médica nacional, a Direção Geral da Saúde reviu esta segunda-feira a norma sobre o uso de máscaras na comunidade, passando a admitir o seu uso por todas as pessoas que permanecam em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas. como medida de proteção adicional ao distanciamento social, à higiene das mãos e à etiqueta respiratória. Durante o briefing diário, a ministra da Saúde anunciou a revisão da norma, explicando, no entanto, que as máscaras cirúrgicas devem continuar a ser usadas sobretudo por profissionais de saúde e doentes, estando em causa o uso daquilo a que o Governo chamou "máscaras sociais", que poderão ser fabricadas a partir de tecido. Nos próximos dias, anunciou também o Ministério da Saúde, serão dadas especificações técnicas que poderão ser usadas pelo setor têxtil para o fabrico destas máscaras, setor já se tinha mostrado disponível. A DGS e o INFARMED, em conjunto com a ASAE, o IPQ e o CITEVE e diversos peritos estão agora a concluir a definição das especificações técnicas das máscaras não cirúrgicas, comunitárias ou de uso solidário e os seus mecanismos de certificação, revelou a DGS. Estas máscaras deverão também fazer parte das medidas a adotar quando se passar para uma fase de levantamento do confinamento em casa. A ideia foi deixada ontem por Marta Temido, que disse que a medida está a ser posta em marcha para que o setor possa desenvolver estes recursos.

Na norma da DGS, que para já não avança com instruções para o fabrico de máscara, a autoridade nacional de saúde recorda

que até aqui o uso de máscara cirúrgica estava recomendado a profissionais de saúde, pessoas com sintomas respiratórios e pessoas que circulem e entrem em instituições de saúde, bem como idosos com mais de 65 anos, doentes crónicos ou imunossuprimidos, sempre que tenham de sair de casa. Agora, o argumento para alargar o uso de máscaras prende-se com a evidência de que mesmo pessoas sem sintomas podem transmitir a doenca, o apelo que vinha sendo feito pelo Conselho Nacional de Escolas Médicas, ordem, sindicatos e associações, que lançaram o movimento Máscara Para Todos e defendiam uma mudança de posição da DGS. Já na semana passada, a Organização Mundial de Saúde e o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças passaram a admitir o uso de máscaras pela população em espacos fechados, embora não tenham feito uma recomendação generalizada, alertando sobretudo para a importância de evitar que faltem equipamentos de proteção na linha da frente de resposta e que as máscaras não são uma bala mágica para a pandemia.

PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO VOLTA A PESAR "Sabe-se hoje que um indivíduo infetado é transmissor do vírus desde dois dias antes do início de sintomas, sendo a carga viral elevada na fase precoce da doença e diferentes estudos estimam várias e muito dispares percentagens de indivíduos assintomáticos com capacidade de transmitir a infeção", lê-se na norma da DGS, que salienta que a eficácia do uso generalizado de máscaras não está provado mas, perante uma doença nova, deve ser considerado pelo "princípio de precaução" em saúde pública. Regressa-se assim ao argumento invocado pelo Governo aquando do fecho preventivo das escolas, na altura também defendido pela comunidade médica contra a posição inicial do Conselho Nacional de Saúde Pública. "A utilização de máscaras pela população é um ato de altruismo, já que quem a utiliza não fica mais protegido, contribuindo, isso sim, para a proteção das outras pessoas, quando utilizada como medida de proteção adicional", reforça a DGS.

Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública e membro da coordenação científica do movimento Máscara Para Todos, considera positiva a revisão da nor-

Princípio de precaução em saúde pública levou DGS a rever orientação

Mais tarde, máscaras deverão fazer parte das medidas para regresso à rotina Página 6





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 7

Cores: Cor

Área: 22,60 x 31,50 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3







#### O que são as máscaras sociais e como fazer a sua

#### MÁSCARAS PARA TODOS

As máscaras cirúrgicas continuam recomendadas para profissionais de saúde, doentes e pessoas mais vulneráveis. São de plástico e testadas para verificar a passagem de

partículas. Dada a escassez, alguns países têm vindo a promover o uso de máscaras de tecido, reutilizáveis. Não conferem à partida a mesma proteção, mas podem ajudar a diminuir a propagação do vírus. MATERIAL Recomenda-se algodão e um filtro interior de papel absorvente. O movimento Máscara para Todos vai divulgar tutoriais.

CUIDADOS Apesar de serem

mais uma barreira, testes com quatro doentes na Coreia do Sul concluiram que nem as cirúrgicas nem as de algodão bloqueiam totalmente a passagem do vírus. É preciso manter os restantes cuidados.

ma da DGS, salientando no entanto que esta medida, que pode ajudar a diminuir a propagação do virus por pessoas sem sintomas, deve ser vista nesta fase como complementar às anteriores recomendações e não uma alternativa. "Importa agora que as pessoas percebam que esta medida não reduz nem substitui as outras: a utilização da máscara não é para permitir fazer coisas que não se faziam antes. É para que as pessoas possam fazer o que já faziam, ir trabalhar, ir ao supermercado ou à farmácia, protegendo-se a si e sobretudo aos outros".

Mexia sublinha também a necessidade de deixar as máscaras cirúrgicas para as pessoas mais expostas e vulneráveis e admite que, numa próxima fase, poderão fazer parte das medidas para reabertura de alguns setores. O movimento vai divulgar nos próximos dias vídeos e moldes para o fabrico caseiro de máscaras a partir de materiais comuns, como algodão, por exemplo de uma t-shirt. Devem existir alguns cuidados tanto na confeção como no manuseamento. "Não queremos que as pessoas pensem que basta atar um pano à volta da cabeça. As máscaras devem ter uma bolsa onde seja possível colocar um filtro, por exemplo duas folhas de papel de cozinha ou um lenço, que pode ser substituído e o tecido lavado. Sabemos que estas máscaras não terão o mesmo nível de proteção das máscaras cirúrgicas mas o objetivo é que se aproximem o máximo possível", diz o médico.



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Preto e Branco

Área: 4,32 x 3,71 cm<sup>2</sup>

Corte: 3 de 3



1,50 €// Terça-feira, 14 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Núrmero 3187 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vitor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec. : Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves



#### JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!

Aos Heróis Anónimos, OBRIGADO!

O i presta homenagem a todos aqueles milhares de cidadãos anónimos, profissionais de saúde mas não só, que nestes longos dias e semanas de confinamento e combate à pan-

demia do novo coronavírus se mantêm estoicamente nos seus postos de trabalho, arriscando a sua própria saúde e muitas vezes abdicando da companhia dos seus familiares. Um sacrificio maior ainda, e partilhado por todos, nesta altura de Páscoa.

Esta homenagem, com um conjunto de reportagens e depoimentos que se iniciou na edição de quinta-feira passada, continuará até à edição desta sexta-feira.

A nós juntaram-se neste sentido Obrigado! dezenas de empresas, fundações.

associações, bancos, ordens, municípios que, tal como os nossos tão caros leitores, assim apoiam também o projeto jornalistico do jornal i e do semanário SOL.

JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!

























CENTURY 21. Portugal





HERÓIS ANÓNIMOS. "NÓS JÁ ESTAMOS VACINADOS PELO LIXO"

// PÁGS. 14-19

Personalidades de vários setores apelam ao regresso à normalidade

// PÁGS, 2-3

"A máscara não permitirá fazer coisas que não se faziam até aqui"

// PÁGS. 6-7

Saúde. Plano de emergência para "Aquilo a que se retomar resposta assiste nos lares a doentes não covid

// PÁG. 8

#### Coronavírus.

é uma questão dramática"

// PÁG. 32

Centeno diz que este trimestre "será 4 a 5 vezes pior" do que seria imaginável

// PÁG. 32





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 11

Cores: Cor

**Área:** 17,82 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



## Creches pedem apoio de 150€ por criança para evitar falência em massa

São cada vez mais os pais a exigir descontos de 50% e a cancelar matrículas. Lay-off parcial não chega para manter as instituições vivas, diz associação



Crianças pequenas sem autonomia para fazer atividades sem ajuda de um adulto

Alexandra Figueira afigueira@jn.pt

ENSINO As creches e jardins de infância precisam de um apoio de 150 euros, por criança, para fazerem os descontos nas mensalidades exigidos pelos pais e evitar que anulem as matrículas. O "pedido urgente de ajuda" foi aprovado, por unanimidade, pela Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino para, revelou a presidente, Susana Baptista, evitar "a falência em massa".

Já há instituições a fechar. Muitas outras, garantiu, "não aguentarão o mês de maio". Os pais exigem descontos de 50% ou mais na mensalidade, que as instituições não conseguem fazer nem com lay-off parcial. Sem o desconto, estão a anular a matrícula, sobretudo na classe dos dois/três anos (creche) e cinco anos (jardim de infância). "São anos de fim de ciclo, no próximo ano a criança já lá não estará", justifica.

As anulações acentuaram-se quando António Costa anunciou que as crianças não voltariam à escola este ano e multiplicaram-se nos últimos dias. "A única forma de salvar os estabelecimentos", diz Susana Baptista, é um apoio na ordem dos 150 euros por criança.

Com esse dinheiro, as creches e jardins de infância poderão reduzir as mensalidades para metade ou mais, se tiverem fundo de maneio. E Susana Baptista assegurou que o Estado pode controlar o valor que passará a ser cobrado às famílias, através da informação enviada ao Ministério da Segurança Social, para a Carta Social (que elenca todas as respostas sociais do continente, nas várias valências).

#### FALTA DE TESOURARIA

A pressão para a descida das mensalidades começou com a suspensão das aulas presenciais, em meados de março. Susana Baptista compreende os argumentos: as educadoras continuam a falar todos os dias com os meninos, pela Internet, e enviam exercícios de estímulo sensorial, físico ou cognitivo, mas as atividades propostas exigem a participação de um adulto. "Muitos pais acham que estão a fazer o trabalho da educadora e que, por isso, não têm que pagar a mensalidade".

Além disso, Susana Baptista admite que uma parte do trabalho de uma educadora não pode ser feito à distância: "O cuidar, o trocar a fralda ou ensinar a comer".

O lay-off ajuda algumas instituições, mas tem que ser parcial, já que as educadoras continuam a trabalhar. "Mas todas as outras despesas têm que ser pagas". E falta saber se, de facto, o Governo entregará até 28 de abril o dinheiro prometido para os salários dos trabalhadores. Se houver atrasos, Susana Baptista suspeita que muitas creches não terão tesouraria suficiente para adiantar os salários e esperar pelo reembolso do Estado.





Comparticipação Às IPSS que têm acordo de cooperação, a Segurança Social paga 274€ por cada criança na cre-

rança Social paga 274€ por cada criança na creche. Não há acordo de cooperação com instituições privadas.



#### Creches no continente

Um quarto das creches que existiam no continente em 2018 epertencia ao setor privado. A larga maioria é de instituições de solidariedade.



#### Desconto

Ha colégios a dar algum desconto, já que têm menos custos com água e luz, por exemplo. As associações do setor recomendam aos associados que repercutam eventuais poupanças nas mensalidades.

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 21,34 x 27,73 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 318. Preço: 1,20€ Terça-feira 14 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inés Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



# INDÚSTRIA TÉXTIL VA PRODUZIR MILHOES DE MASCARAS SOC

Proteção Centro tecnológico, Infarmed e ASAE em vias de certificar modelo português Creches Privados pedem ao Estado subsídio de 150 euros por criança para travar fuga em massa **Saúde** Hospitais de campanha já recebem os primeiros doentes Páscoa Promotores de beijos na cruz arriscam crime de propagação de doença Paginas 4a 20

BALANCO 535 MORTOS 16 934 INFETADOS 277 CURADOS

Sentença Terá de pagar 45 mil euros para evitar cadeia em falência fraudulenta

a empresa da mulher e alugou-as P. 23







#### Circulação

Novos sinais de trânsito nas ruas a partir do dia 20 P. 21

Revolta contra aumento do preço da água

Futebol Nacional da Madeira regressou aos treinos P. 41



PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR







**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!** 



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 10

Cores: Cor

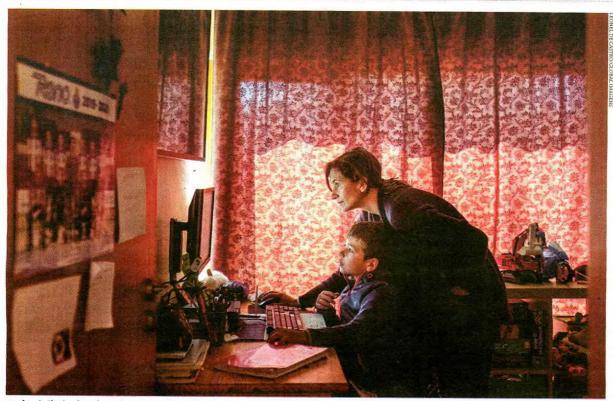
Área: 25,50 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 3



## Professores com novo desafio para avaliação no 3.º período

Docentes aguardam divulgação dos conteúdos da telescola para preparar as aulas. Manter a motivação dos alunos e fazer-lhes chegar a matéria são os principais desafios apontados



Ensino à distância vai mudar a forma de ensinar e de aprender. Motivação e assiduidade dos alunos com mais peso para a nota final

Ana Gaspar agaspar@jn.pt

EDUCAÇÃO Arranca hoje o terceiro período mais inusitado da história da escola em Portugal. Ensino à distância, aulas pela televisão e avaliação final com critérios mais subjetivos do que até aqui. Serão cerca de dois meses de aulas, em que a avaliação não foi posta de parte. Mas os dirigentes escolares admitem que serão tidos em conta, além da avaliação contínua, outros aspetos como a assiduidade e a motivação dos alunos. Este último será um dos desafios da nova maneira de aprender e ensinar.

As escolas dizem-se prontas, até porque na pausa letiva da Páscoa estiveram a afinar as melhores formas de chegar aos alunos, mas

ainda há muitas incertezas sobre como o ensino se vai concretizar. Ontem, muitos pais tentavam perceber a organização das aulas e como aceder a plataformas informáticas. E os professores ainda não conheciam os conteúdos televisivos.

O Ministério da Educação não definiu critérios de avaliação, mas não afasta a hipótese de o vir a fazer. Aguarda-se a publicação do decreto-lei que vai regular a forma como decorrerá o final deste ano letivo. Na nota explicativa, sobre este ponto, diz-se que a nota final do ano "deve atender ao conhecimento que o professor tem do trabalho realizado por cada aluno ao longo do ano, tendo em conta as

circunstâncias específicas". Na opinião de Manuel Pereira, presidente da Associa-

ção Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), esta "é a altura certa para o Ministério da Educação ter mais confiança nas escolas, e deixar que cada uma, de forma autónoma e responsável, possa gerir o tempo e a organização de acordo com a sua realidade".

"Não estou a ver testes escritos, vamos ter uma avaliação muito diferente", adiantou, ao JN, Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). O docente garantiu que nenhum aluno será prejudicado pela nova metodologia.

#### NOTAS DO 2.º PERÍODO

A recomendação do Conselho das Escolas sobre a suspensão das aulas presenciais defende que as notas

do terceiro período não sejam inferiores às do segundo. José Eduardo Lemos, presidente deste organismo, sublinhou que os resultados do segundo período foram a "última avaliação suportada em elementos fiáveis". Mas não afasta a hipótese de "cativar os alunos para melhorarem alguns resultados". Ou seja, permitir que esta última avaliação seja utilizada para melhorar a nota final de ano.

#### CONTEÚDOS POR CONHECER

Segundo Manuel Pereira, enquanto os professores não conhecerem os conteúdos do Ensino Básico que serão transmitidos pela RTP, não podem começar a trabalhar com os alunos. As aulas pela televisão, numa espécie de telescola do século XXI, para que todos tenham

acesso, começam a ser emitidas na próxima segunda--feira, dia 20 de abril. "Os professores vão ter que preparar os pré e os prós-aulas".

A universalidade do ensino à distância tem sido uma das lacunas que se está a tentar colmatar, apesar de autarquias e outras entidades se estarem a organizar para atribuir computadores e ligação à internet às famílias que não os possuem.

Filinto Lima admitiu que nem todos terão acesso à tecnologia. Nesses casos, explicou, os professores irão contactar por telefone com pais e alunos, para que estes últimos não se "desliguem do processo de aprendizagem". Outro dos desafios será "criar formas de manter os alunos estimulados e agarrados à escola", rematou Manuel Pereira.

#### ESCOLAS

#### Só um quinto das famílias teve apoio

Pouco mais de um quinto das famílias com direito a apoio excecional às remunerações de trabalhadores obrigados a ficar em casa devido à suspensão das aulas deverá ter beneficiado da medida. Com a manutenção das escolas encerradas até ao ensino básico ao longo do terceiro período, que hoje tem início, os apoios serão renovados. No caso dos trabalhadores por conta de outrem, as empresas tinham que até à última quinta-feira, dia 9, entregar os pedidos de apoio relativos aos dias não trabalhados entre 16 e 29 de marco. De acordo com informação publicada pelo Ministério do Trabalho no sábado, só 60 641 entidades empregadoras o fizeram, requerendo o apoio para 149 108 trabalhadores. A estes, somam-se 20 123 pedidos por trabalhadores independentes e 2358 apresentados por trabalhadores do setor doméstico. O número final para os pedidos apresentados para março ficará assim em 171 559, ou seja, 22% dos 750 mil pedidos totais que o Governo esperava receber. MARIA CAETANO





14-04-2020



Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 8,16 x 26,47 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





#### As aulas começam todas hoje? Quando termina o ano letivo?

O que está previsto é que as aulas não presenciais tenham início hoje. Mas o JN sabe que nem todas as escolas estão prontas para arrancar já com a atividade letiva. O final do ano será estendido até 26 de junho para que haja mais tempo de aulas.



#### Os alunos não vão regressar à escola este ano?

Até ao 10.º ano esse regresso não deverá acontecer. O primeiro-ministro, António Costa, não afasta a hipótese de os alunos dos 11.º e 12.º anos voltarem a ter aulas presenciais, porque vão ter de fazer exames, mas a data não foi anunciada. Serão feitas avaliações quinzenais para decidir se e quando isso deverá acontecer. Os exames serão só às disciplinas pedidas pelas universidades. E se regressarem à escola, estes alunos terão de usar máscara de proteção.



#### Quando começam as emissões televisivas?

Na próxima segunda-feira, dia 20 de abril. Os conteúdos abrangem o Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos). As emissões do #EstudoEmCasa começam às 9 horas e terminam às 17.50, com conteúdos de meia hora. Os conteúdos ficam depois disponíveis no site da RTP e numa aplicação criada para o efeito.



#### Como se vai recuperar a matéria que não for

O Ministério da Educação garante que "todas as medidas tomadas este ano implicam medidas de recuperação das aprendizagens no próximo ano letivo". O Governo quer desenvolver um programa de digitalização das escolas, disponibilizando equipamentos e acesso à internet em banda larga para ensino à distância por meios digitais.



#### Os professores estão a ter formação para ensinarem à distância?

Sim. A Direção-Geral da Educação e a Universidade Aberta prepararam uma Formação para a Docência Digital e em Rede dirigida a diretores escolares e a mais dois docentes por escola. O objetivo é desenvolver melhores estratégias de acompanhamento dos alunos.

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária Âmbito: Informação Geral Pág: 1

Cores: Cor

Área: 21,07 x 13,71 cm²

Corte: 3 de 3



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 318. Preço: 1,20€ Terça-feira 14 de abril de 2020

tor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



# INDÚSTRIA TÊXTIL V PRODUZIR MILHOES DE MASCARAS SOCIAIS

Proteção Centro tecnológico, Infarmed e ASAE em vias de certificar modelo português Creches Privados pedem ao Estado subsídio de 150 euros por criança para travar fuga em massa **Saúde** Hospitais de campanha já recebem os primeiros doentes Páscoa Promotores de beijos na cruz arriscam crime de propagação de doença Paginas 4 a 20

BALANCO 535 MORTOS 16 934 INFETADOS 277 CURADOS

Sentença Terá de pagar 45 mil euros para evitar cadeia em falência fraudulenta

a empresa da mulher e alugou-as P. 23









#### Circulação

Novos sinais de trânsito nas ruas a partir do dia 20 P. 21

Revolta contra

aumento do preço da água P. 28

Futebol Nacional da Madeira regressou aos treinos P. 41



PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR







**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!** 





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 15

Cores: Cor

Área: 8,98 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



#### Privados contra decisão da Saúde de só pagar utentes vindos do SNS

Aguardam esclarecimentos. Recebem 13 mil euros por internamentos de mais de quatro dias

FINANCIAMENTO Os hospitais privados contestam a proposta do Ministério da Saúde, que só prevê pagar o tratamento de doentes com Covid-19 enviados por hospitais públicos. A Associação de Hospitalização Privada aguarda esclarecimentos da ministra da Saúde e só depois tomará uma posição, mas o JN sabe que esta é a principal crítica ao texto. Por cada episódio de internamento superior a quatro dias, as unidades privadas receberão 12 861€.

Os hospitais privados já trataram cerca de 300 pessoas e, em meados da semana passada, tinham internadas 129. Começaram a receber doentes – diretamente, sem intervenção do Serviço Nacional de Saúde – a 26 de março, quando a Direção-Geral de Saúde iniciou a fase de mitigação da pandemia de Covid-19.

O preâmbulo da norma da DGS indica que se aplica "às unidades de todo o sistema de saúde", ou seja, os setores público, privado e social. Mas o clausulado especifica que a linha SNS24 ou as línhas criadas pelas Administrações Regionais de Saúde são o ponto de entrada nos doentes no sistema.

Foi com base em indicações da DGS que os hospitais privados começaram a receber doentes, disse o grupo Lusiadas à "SIC" no fim de semana. Agora, o hospital admite suportar o custo com os doentes que já tem e encaminhar quem chegar às urgências para unidades públicas.

#### QUANTO VÃO RECEBER?

A Associação de Hospitalização Privada tem garantido que o Estado se comprometeu a pagar aos privados tanto quanto o mesmo tratamento custaria a uma unidade pública. O contrato programa especifica que serão pagos 1.962 euros por cada episódio de internamento sem ventilação ou com ventilação durante quatro dias. Se for necessário internamento com ventilação durante mais do que quatro dias, o valor sobe para 12 861€.

Caso o hospital privado receba doentes não Covid-19 com doenças agudas, aplicam-se os preços já definidos no programa recuperação de tempos de espera. Para quem tem "necessidades hospitalares de baixa complexidade", a comparticipação será igual dos cuidados continuados: 91€ nos cuidados de média duração ou 62€ na longa duração. ■

#### DETALHES

#### Contratação de pessoas

O contrato programa enviado pelo Ministério da Saúde ao setor privado e social proibe-os de contratar profissionais de saúde que deixem de trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde ou para o Ministério da Saúde, "por sua iniciativa ou por motivo que lhes seja imputável.

#### Prevista adenda

O texto admite, no futuro, que as unidades privadas possam receber doentes enviados pelos centros de saúde ou que sejam avaliados por um médico das urgências da unidade privada, mas só se forem encaminhados pelo SNS 24.

#### Pagamento diferido

A conta deve ser apresentada de uma só vez, nos 60 dias após o mês a que diga respeito. O Estado deve pagar no prazo de dois meses.

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 20,46 x 14,25 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 318. Preço: 1,20€ Terça-feira 14 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inés Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



# NDUSTRIA TÊXTIL DJUZIR MILHÕES E MASCARAS SOC

Proteção Centro tecnológico, Infarmed e ASAE em vias de certificar modelo português Creches Privados pedem ao Estado subsídio de 150 euros por criança para travar fuga em massa **Saúde** Hospitais de campanha já recebem os primeiros doentes Páscoa Promotores de beijos na cruz arriscam crime de propagação de doença Paginas 4 a 20

BALANÇO 535 MORTOS 16 934 INFETADOS 277 CURADOS

Sentença Terá de pagar 45 mil euros para evitar cadeia em falência fraudulenta

a empresa da mulher e alugou-as P. 23





zona

ZER



#### Circulação

Novos sinais de trânsito nas ruas a partir do dia 20 P. 21

Revolta contra

aumento do preço da água

Futebol Nacional da Madeira regressou aos treinos P. 41



PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR







**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!** SSINE O JORNAL DE NOTICIA



14-04-2020

Meio: Imprensa País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 4

Cores: Cor

Área: 25,50 x 30,00 cm²

Corte: 1 de 3



## Têxtil pronto a produzir milhões de máscaras

Modelo nacional de proteção facial em vias de ser homologado. DGS muda estratégia e recomenda uso generalizado. Farmácias queixam-se de falta de stock

Nuno Miguel Ropio

PANDEMIA O setor têxtil nacional arrancará, dentro de dias, com a produção de máscaras sociais de proteção contra a Covid-19, cujo modelo está em vias de ser homologado pelo CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Textil e do Vestuário. O compromisso é fazer com que, nas próximas semanas, estejam disponíveis para a população milhões de equipamentos daqueles, cuja utilização em locais fechados a Direção-Geral da Saúde (DGS) passou agora a sugerir.

Após semanas em que descartou o alargamento do uso da máscara além de profissionais de saúde e infetados, colocando-se na mira das críticas do Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP) e da Ordem dos Médicos, a DGS passou a admitir de forma cautelosa que todos a possam usar.

Cinco dias depois de a França homologar um modelo não cirúrgico para consumo interno, Portugal está em vias de o fazer. De acordo com a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), "em pouco dias uma máscara social, adequada a atividades quotidianas e capaz de assegurar proteção, será uma realidade". "Já tem várias aprovações e ensaios. Serão dias para conseguirmos produzir milhões de máscaras para Portugal e outros países", disse, ao JN, Mário Jorge Machado, presidente da ATP. "A máscara reutilizável pode vir a ser mais cara mas será reutilizada 30 ou 40 vezes", explicou o empresário, para quem este material "vai enraizar-se, como na cultura oriental, e refletir-se na moda".



Marta Temido ministra da Saúde

"(A máscara) constitui uma medida adicional, suplementar, complementar à lavagem das mãos, da etiqueta respiratória e distância social"



Fausto Pinto Conselho de Escolas Médicas

"Muito antes desta recomendação, que peca por tardia, já parte da população, de forma sensata e cautelosa, tinha adotado o seu uso"

Neste momento, conseguir uma máscara é um desafio para a maioria. Ao JN, Nuno Flora, secretáriogeral da Associação Nacional de Farmácias, revelou que estes estabelecimentos "continuam a registar carência de equipamentos de proteção individual". Situação reportada ao Governo, a 23 de março, que "ainda não se alterou".

#### DGS "SEM CONVICÇÃO" NO USO

Há 10 dias, a DGS alargou a outros profissionais (que não só os da saúde) a indicação do uso de proteção facial, escudando-se na falta de orientações da Organização Mundial de Saúde e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças. Na passada quarta-feira, este último organismo reconheceu os efeitos positivos do uso obrigatório geral adotado em meia dúzia de países europeus

Ontem, a ministra da Saúde, Marta Temido, adiantou que, para quem possa estar "em espaços fechados, poderá ser considerada a utilização da dita máscara social" e a DGS emitiu uma orientação nesse sentido. Mas teve necessidade de reafirmar que "não existe evidência científica direta que permita emitir uma recomendação a favor ou contra a utilização de máscaras pela população". Infarmed, ASAE e IPQ vão definir as especificidades deste material.

"Apesar da falta de convicção da nota emitida pela DGS, é positiva a mudança, que vem ao encontro do que temos vindo a pugnar nesta fase. Sem uma vacina e com a necessidade de voltar a socializar. é importante o uso da máscara" apontou o presidente do CEMP. Fausto Pinto.

#### Como fazer uma máscara de tecido

Corte dois retângulos de tecido

Use tecido de algodão ou mistura de algodão-17cm -poliéster como um velho 28cm

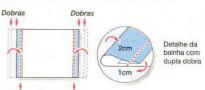
use tecido de padrões diferentes para indicar a frente e o verso

Encoste as faces direitas do tecido Cosa os bordos e depois volte o tecido de dentro



Cosa a 1cm do bordo

Dobre o tecido em 1cm e de novo 2cm ao longo



Passe pelas bainhas 30cm de elástico com 3mm de largura para fazer presilhas nas orelhas (pode ajustar ao tamanho da cabeca



Se não tiver elástico, use um cordão maior ou atacadores para prender a máscara na nuca

elástico

no lugar

elástico para que os nós fiquem dentro da bainha, Faca plissado sobre o elástico e ajuste a



de corre

com uma frequência dependente do uso. As máscaras de pano não devem ser colocadas em crianças com menos de dois an pessoas que tenham dificuldade em respirar

FONTE- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC).





14-04-2020



Meio: Imprensa País: Portugal Period.: Diária

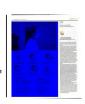
Âmbito: Informação Geral

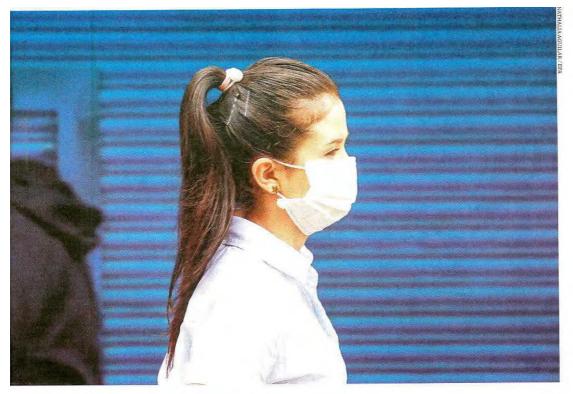
**Pág:** 5

Cores: Cor

Área: 18,57 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





#### Como colocar, usar e deitar fora uma máscara

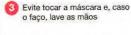


Antes de colocar a máscara, lave as mãos com desinfetante à base de álcool ou água e sabão



Cubra a boca e o nariz e assegure-se que não há espaço entre a máscara e o rosto







Troque de máscara quando estiver húmida e não reutilize as que são de uso único



Para retirar a máscara, faça-o por trás sem nunca tocar a parte da frente



Deposite imediatamente a máscara num contentor fechado

#### Tipos de máscaras

CIRÚRGICAS OU DE BRICOLAGE



filtram as partículas de quem as usa, impedindo que se propaguem, e protegem de salpicos



FFP1 78% de eficácia, protegem de residuos não tóxicos

de pó e aerossóis

#### RECOMENDADAS PARA CORONAVÍRUS



92% de eficácia, impede a inalação de tóxicos, pó e aerossóis



98% de eficácia, funciona contra bactérias e virus

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 20,73 x 14,38 cm<sup>2</sup>

Corte: 3 de 3



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 318. Preço: 1,20€ Terça-feira 14 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



# INDÚSTRIA TÊXTIL V ODUZIR MILHOES DE MASCARAS SOC

Proteção Centro tecnológico, Infarmed e ASAE em vias de certificar modelo português Creches Privados pedem ao Estado subsídio de 150 euros por criança para travar fuga em massa **Saúde** Hospitais de campanha já recebem os primeiros doentes Páscoa Promotores de beijos na cruz arriscam crime de propagação de doença Paginas 4 a 20

BALANCO 535 MORTOS 16 934 INFETADOS 277 CURADOS

Sentença Terá de pagar 45 mil euros para evitar cadeia em falência fraudulenta

a empresa da mulher e alugou-as P. 23









zona

#### Circulação

Novos sinais de trânsito nas ruas a partir do dia 20 P. 21

Revolta contra aumento do preço da água

Futebol Nacional da Madeira regressou



PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR







**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!** 





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 1

Pág: 14

Cores: Cor

Área: 20,49 x 30,18 cm²





Também a tarefa dos carteiros se tornou muito mais complexa com a epidemia de covid-19.

NOTIFICAÇÕES E CITAÇÕES

## Carteiros vão deixar de exigir assinaturas

Quem receber uma carta do tribunal ou de outra entidade pública, em vez de assinar terá apenas de dizer o número do cartão de cidadão e se se recusar a fazê-lo, considera-se na mesma notificado. Medida pretende reduzir contactos e possibilidade de contágio.

#### **FILOMENA LANÇA**

filomenalanca@negocios.pt

nquanto durar a atual situação de prevenção e combate à pandemia provocada novo coronavírus, os avisos de receção das notificações e citações que chegam a casa das pessoas através dos CTT deixam de ter de ser obrigatoriamente assinados. Trata-se de um regime extraordinário e temporário, no âmbito das medidas de distanciamento social e de isolamento profilático e o Governo apresentou já no Parlamento uma proposta de lei nesse sentido.

Em causa estão as citações e notificações, sejam judiciais, sejam administrativas (de câmaras municipais, por exemplo) e o objetivo é evitar o contacto direto entre os carteiros e os destinatários das cartas oficiais, que hoje em dia são obrigados a assinar um comprovativo de que efetivamente as receberam.

"Face às dificuldades na aquisição de equipamentos de proteção individual e às preocupações com o aumento do risco de contaminação, justifica-se a adoção de procedimentos excecionais adicionais que quebrem potenciais cadeias de contágio, protegendo os profissionais dos CTT e a população servida", justifica o Governo na proposta de diploma.

Assim, e em alternativa à as-

sinatura, prevê o novo regime que a pessoa que está a ser notificada apenas tenha de se identificar verbalmente, indicando depois ao carteiro o seu número de car-

Face às dificuldades na aquisição de equipamentos de proteção [...], justifica-se a adoção de procedimentos excecionais.

PROPOSTA DO GOVERNO

tão do cidadão ou de outro documento identificativo, sempre mantidas as devidas distâncias.

Caso o notificado se recuse a apresentar esses dados, o carteiro deverá então "lavrar nota do incidente na carta ou aviso de receção e devolve-o à entidade remetente", concretiza o diploma. E, mais, considera-se que, nesse caso, "o ato de certificação da ocorrência vale como notifica-

Por outro lado, e para efeitos de eventuais contagens de prazos, considera-se que as citações e notificações feitas por via de carta registada e com aviso de receção, "consideram-se efetuadas na data em que for recolhido o número de cartão de cidadão, ou de qualquer outro meio legal de identificação".■

Página 19





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 3

**Pág**: 6

Cores: Cor

Área: 25,70 x 32,00 cm<sup>2</sup>





## Mexidas nos prazos baralham concursos públicos

A contagem de prazos na contratação pública esteve suspensa, ou houve quem achasse que sim, agora já não está, e instalou-se a confusão. Uma "trapalhada" do legislador, dizem os especialistas, que agora aguardam esclarecimentos de júris dos concursos.

**FILOMENA LANÇA** 

filomenalanca@negocios.pt

**MARIA JOÃO BABO** 

mbabo@negocios.pt

esde que começaram os problemas provoados pela pandemia já houve pelo menos três diplomas a mexer nos prazos legais aplicáveis à contratação pública. O último, de 6 de abril, veio com efeitos retroativos, mas, ainda assim, as dúvidas subsistem e há quem se tenham visto obrigado a apresentar pedidos de esclarecimentos aos júris dos concursos

Basicamente colocava-se a questão de saber se os prazos relacionados comos processos de contratação pública estavam ou não suspensos, como acontecia com a generalidade dos prazos judiciais e administrativos nos processos não urgentes. Num primeiro momento, o Governo emitiu um decreto--lei a criar um regime especial para agilizar o aprovisionamento do Estado, nomeadamente a aquisição de máscaras, reagentes ou prestações de serviços vários. Depois, a 19 de março, e logo a seguir a ser decretado o Estado de Emergência, uma lei da Assembleia da República veio congelar os prazos judiciais em geral - exceto os de processos urgentes - e determinou que ficariam suspensos os prazos "a favor de particulares". Instalou-se aí a confusão.

Esta era "uma expressão nunca usada na legislação nacional" pelo que, "na intenção de solucionar um problema, arranjaram outro", explica Diogo Duarte Campos, sócio coordenador da área de direito público da PLMJ. "Isto levadoà letra, ao dizer que se suspendiam todos os prazos a favor de particulares, significava que a administração deixava de poder comprar coisas", acrescenta o especialista. Afinal, em qualquer adjudicação tem de haver uma audiência prévia e estando esse prazo suspenso, então não poderia haver adjudicações.

O problema, por outro lado, é que perante essa redação da lei, houve interpretações diversas. "O entendimento varia. Tenho um juiz que num processo urgente entendeu que o prazo estava suspenso. Outro que entendeu o contrário. Há despachos contraditórios de tribunais administrativos relativamente a processos urgentes", refere Pedro Melo, especialista da Miranda em direito público, que não tem dúvidas em afirmar: "Estamos perante uma trapalhada lamentável do legislador.

Perante as muitas dúvidas, a lei de 19 de março foi alterada por outra, de 6 de abril, que refere expressamente a contratação pública e estabelece que a suspensão não se aplica aos prazos a ela relacionados. Também o contencioso relativo a contratos públicos passou a estar fora da suspensão. "O legislador assumiu o erro e veio dizer que, para salvaguarda de todos os que confiaram na lei anterior", se considera que neste período os prazos "estavam de facto suspensos e as entidades adjudicantes devem dar esse tempo aos particulares e empresas", diz Diogo Duarte Campos.

Não ponho em causa a bondade da solução. O que não faz sentido é num primeiro momento nada dizerem, levando a interpretações, e num segundo momento virem dizer que não está suspenso e com efeitos retroativos", considera Pedro Melo. O advogado dá como exemplo os "concursos dos transportes públicos, que envolvem milhões" e em que "os prazos estão a correr cos concorrentes estão sem saber se apresentam ou não propostas", isto já sem falar que "as condições económicas são hoje diferentes". Em muitos casos, diz. "estão a ser presentadas perguntas



A entrega de proposta no concurso para os transportes da Área Metropolitana de Lisboa foi adiada.

aos júris dos concursos", uma vez que "cada caso é um caso". Mas "isto é uma grande irresponsabilidade. As pessoas arriscam-se a perder prazos", remata.

#### AMT diz que prazos correm, mas sugere prorrogação

Ao Negócios, fonte oficial da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), que tem de dar parecer prévio vinculativo a todos os processos de contratualização do transporte público no país, afirmou que "os prazos de contratação pública não se encontram suspensos". considerando que a situação foi clarificada pelo diploma de 6 de abril. No entanto, acrescentou que "atentas as limitações às atividades de entidades públicas e privadas", a AMT "sugeriu às autoridades de transportes locais que, sempre que possível, ponderassem o alargamento ou prorrogação de prazos inerentes ao cumprimento de obrigações no âmbito de procedimentos de contratação de serviços públicos de transporte de passageiros, que estejam em preparação ou a decorrer". Segundo a mesma fonte, entre tais obrigações poderáestar em causa o prazo para a apresentação das propostas, de forma a garantir que as mesmas são elaboradas e avaliadas em condições adequadas e de efetiva concorrência". Essadecisão foi já tomada pela Área Metropolitana de Lisboa, que tinha a decorrer o concurso para aquisição de serviço público de transporte no valor de 1.200 milhões de euros, cujo prazo de entrega de propostas foi dilatado de 28 de abril para 24 de maio. Também o Metro do Porto e a Infraestruturas de Portugal têm prorrogado





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

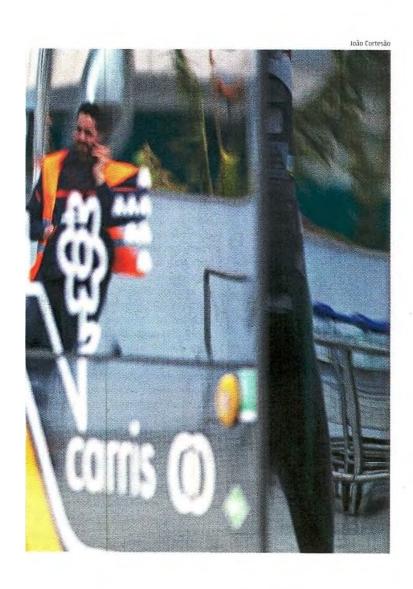
**Pág:** 7

Cores: Cor

**Área:** 11,75 x 28,82 cm<sup>2</sup>

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 2 de 3







Os prazos estão a correr e os concorrentes estão sem saber se apresentam ou não propostas.

PEDRO MELO Especialista em direito público,



Os prazos de contratação pública não se encontram suspensos. (...) A AMT sugeriu a prorrogação de prazos.

AMT Fonte oficial





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 3 de 3

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 19,25 x 8,12 cm²



# negocios.pt

Terça-feira, 14 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4222 | € 2.50 Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe** 



## Mexidas nos prazos legais baralham concursos públicos

Incerteza sobre suspensão dos prazos está a criar dúvidas jurídicas. Especialistas falam em "trapalhada" por parte do legislador.

Suspensão de Matosinhos não põe em causa stocks de combustível

PRIMEIRA LINHA 10 e 11

Empresas só têm de prestar contas de 2018 para aceder às linhas de crédito

PRIMEIRA LINHA 8 e 9

Agências de viagens e Governo discutem lei para reembolsar turistas

PRIMEIRA LINHA 12

#### Na biblioteca dos CEO O papel dos algoritmos nas compras online



Margarida Matos Rosa, presidente da Autoridade da Concorrência. sugere o livro de hoie.

#### Radar África

João Lourenço e a intriga das remodelações em Angola

ECONOMIA 15





14-04-2020

**EDITORIAL** 

**CELSO FILIPE** Diretor adjunto cfilipe@negocios.pt Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e.

**Pág:** 3

Cores: Cor

Área: 9,69 x 29,80 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1





## O conforto da emergência

estado de emergência é justificável do ponto de vista sanitário e confortável no plano político. A imprevisibilidade do inimigo, a covid-19, legitima todos os cuidados, mas também paralisa a oposição, que não se pode afoitar por territórios que possam ser interpretados como uma leviandade.

Neste quadro, o Governo vai navegando à bolina dos números e das tendências europeias. As cautelas e a ausência de promessas são avaliadas como um sinal de bom senso. Neste tempo parado, em que o passado é uma certeza e o futuro engloba todas as incertezas do mundo, a gestão que António Costa tem feito contém a fórmula certa para mitigar o temor e exigir prudência coletiva. Este tempo parado coloca-nos numa zona de conforto, mas é apenas um paliativo e é como tal que deve ser entendido. Seguindo sempre o princípio da ponderação, é preciso dar um passo em frente

Da mesma forma que já tomou medidas em relação à evolução do setor escolar até ao 12.º, o Governo tem agora a obrigação de dar indícios sobre como vai romper progressivamente esta cerca do medo em que o país está encurralado, social e economicamente, até porque à medida que se vão somando os dias de emergência, avolumam-se as inquietações relativas ao futuro.

É verdade que este confinamento tem uma natureza diferente. Enquanto Lisboa se encontra num estado de paralisia, no Norte, industrializado, a fisionomia da emergência é diferente na medida em que existem muitas fábricas a laborar. Ou seja, a forma como o país sente a situação difere de região para região e até de acordo com a profissão dos elementos do agregado familiar.

Compreende-se (e aceita-se) que o Governo não queira fixar uma data para abrir o país, visto que é incapaz de controlar todas as variáveis. Mas também é urgente que abra um novo capítulo nesta narrativa da crise, estabelecendo um calendário para o relançamento da atividade económica de Portugal, caso estejam preenchidas determinadas condições. Não se trata de fazer promessas, mas sim de estabelecer parâmetros que permitam a todos os portugueses terem uma noção clara do que podem esperar.

O estado de emergência, a fazer fé nas sondagens, é confortável para o Governo. Todavia, não se pode eternizar no tempo nem ser pretexto para uma certa letargia. Por isso, urge que António Costa dê um passo em frente.





ID: 85960789 14-04-2020

País: Portugal Period.: Diária

Meio: Imprensa

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 2

Pág: 27

Cores: Cor

Área: 25,70 x 9,86 cm<sup>2</sup>



A COR DO DINHEIRO



**CAMILO LOURENÇO** Analista de economia camilolourenco@gmail.com

#### Nunca subestime Costa e Centeno

A grande vantagem de Mário Centeno quando chegou a ministro era ser um desconhecido. A de António Costa era o desconhecimento que o país tinha dos seus atributos de negociador. Nomeadamente à esquerda.

Foi este efeito surpresa, mais a fantástica conjuntura externa, que lhes permitiu o brilharete da primeira legislatura. Na essência, nem um nem outro reformaram o país: fizeram gestão corrente e foram imbatíveis no marketing (só derrotado pelos incêndios). O plano correu tão bem que até lhes permitiu vender a ideia de uma revolução nas finanças públicas: o pomposo "primeiro superavit da democracia".

Com a pandemia, esfumou-se o sucesso. Mas se você pensa que estão "arrumados", desengane-se... Ele é a jura de que não vai haver austeridade; ele é a promessa de biliões para as empresas

A austeridade é inevitável. Nem Costa nem Centeno convenceram os países do Norte a despejar dinheiro de helicóptero, em versão "coronitabonds". Quanto aos biliões para as empresas, já falou com elas? Umas não receberam, outras receberam pouco (a propósito, e se divulgassem a lista das que já receberam? Há lá "amigos"...?), outras nunca vão receber. Porquê? Porque não há dinheiro. O superavit, a tal 5.ª Coca-cola do deserto, não dá para nada. O dinheiro da "almofada" está guardado para outras urgências, e para amortizar dívida. Proibitiva!

Mas como Costa é Costa e Centeno é Centeno, vão passando a imagem de que têm o "firepower" para combater a crise. Não têm, E enquanto não chegar o dinheiro do Mecanismo de Estabilidade Europeu, vão entretendo famílias e empresas. Tentando reeditar o embuste da primeira legislatura. E depois do que já provaram, não os subestime...





ID: 85960789 14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 2 de 2

**Pág:** 2 Cores: Cor

**Área:** 4,56 x 6,80 cm<sup>2</sup>





CAMILO LOURENÇO

"Nem Costa nem Centeno convenceram os países do norte a despejar dinheiro de helicóptero."

PÁGINA 27





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Pág: 14

Cores: Cor

Área: 5,55 x 29,66 cm²

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 1



#### CONFERÊNCIA

#### Costa ouve economistas sobre saída da crise

O primeiro-ministro português vai reunir com representantes de instituições nacionais que elaboram e divulgam projeções macroeconómicas, desde o banco central ao gabinete de estatísticas, com o obietivo de discutir a atual e futura situação económica e financeira e medidas para promover o relançamento da atividade económica.

Hoje António Costa terá uma reunião às 10h30, por videoconferência, com o tema "perspetivas para a Economia Portuguesa em contexto de crise pandémica", informa o gabinete do primeiro-ministro numa nota enviada às redações. Nesta fase, a dar o seu contributo, vão estar Nuno Alves, do Banco de Portugal; Nazaré da Costa Cabral, do Conselho de Finanças Públicas; Carlos Coimbra, do INE; António da Ascensão Costa, do ISEG e João Borges de Assunção, da Universidade Católica Portuguesa.

Já da parte da tarde, a discussão vai debruçar-se sobre o "relancamento da atividade económica em contexto de crise pandémica", discussão em que participarão mais 20 professores de economia.

Em entrevista à Lusa, publicada no sábado passado, António Costa antecipou que o objetivo das reuniões seria ouvir "as perspetivas que têm, não tanto sobre o momento do relançamento, mas para começar a ouvir sobre como deve ser o relançamento".■

ANA BATALHA OLIVEIRA

#### **ECONOMISTAS**

Este é o número de especialistas que o primeiro-ministro vai ouvir hoje.





Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 10

Cores: Cor

Área: 25,70 x 24,35 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



# Voltar ao trabalho de máscara e mais 11 medidas pedidas ao Governo e ao Presidente

Um conjunto de 167 personalidades (economistas, sindicalistas e profissionais de saúde, entre outros) pressionam Marcelo e Costa a avançar para alternativa ao actual isolamento

#### Marta Moitinho Oliveira

m conjunto de 167 personalidades, tais como empresários, economistas a profissionais de saúde, assinam uma carta na qual defendem um regresso à "normalidade possível" que respeite regras de saúde pública. Entre os signatários da carta estão dois parceiros sociais representantes de patrões e sindicatos, António Saraiva, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), e Carlos Silva, da UGT.

A carta (em PDF) foi enviada ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República e ao primeiro-ministro, e deixa um conjunto de 12 sugestões no dia em que Espanha regressa gradualmente ao trabalho. A intenção é que, "havendo garantias de saúde pública, em consonância com o parecer dos técnicos especialistas, o estado de emergência venha a ser levantado gradualmente com a mitigação da epidemia".

"É fundamental criarmos uma alternativa a novos períodos de lockdown – que se apresentam como um modelo cego e com impacto sem retorno na economia de um país", dizem os signatários, referindo como exemplos vários países (Japão, Singapura, Coreia do Sul) que "mostram ser possível, com medidas de contenção muito rigorosas, manter a economia em funcionamento sem lockdown e, ao mesmo tempo, conter a propagação do vírus num patamar inferior a um número restrito de casos por dia".

O conjunto de medidas adoptadas para poder relançar o funcionamento da economia coloca o foco principal na necessidade de evitar um novo surto. "A abordagem do *phase-out* do *lockdown* exigirá, contudo, a implementação de medidas de contenção



Várias personalidades pedem uso de máscara para os primeiros a regressar ao trabalho

adicionais para prevenir novos surtos que obriguem a períodos de *lockdown* intermitente."

Isto porque os signatários da carta acreditam que "ñão é possível suspender a actividade económica até que não exista qualquer risco de contágio. O nosso modelo de sociedade não suportaria uma espera tão prolongada. Mas também consideramos que seria uma atrevida inconsciência retomar a actividade sem adoptar cuidados adicionais que garantam que não teremos um ressurgimento a curto e médio prazo".

Por isso, os signatários desta carta deixam uma lista indicativa de 12 medidas:

1) Uso obrigatório de máscaras por parte de toda a população para redu-

zir a transmissão do vírus. No caso de se verificar a escassez de máscaras, as mesmas devem ser confeccionadas em casa seguindo as instruções do Conselho das Escolas Médicas Portuguesas e de entidades internacionais como o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA.

2) Diagnóstico precoce de covid-19 testando todos os casos suspeitos num prazo máximo de 24 horas desde a manifestação dos sintomas, bem como a massificação da utilização de teste serológicos;

 3) Desenvolvimento de sistemas de autonotificação para rapidamente identificar casos suspeitos de covid-19:

4) Para cada caso positivo, e sob a supervisão da comissão de protec-

ção de dados, solicitação, pelas autoridades de saúde aos operadores de redes móveis, da lista dos cidadãos que terão sido potencialmente expostos a risco de contágio, nos 14 dias anteriores à realização do teste com resultado positivo entretanto confirmado. Os delegados de saúde deverão notificar (por SMS ou contacto telefónico) cada cidadão em risco e, consequentemente, emitir um "certificado de isolamento profiláctico de 14 dias", à semelhança do que já hoje é praticado;

5) Isolamento obrigatório de todos os casos confirmados (positivos);

6) Utilização de equipamento de protecção individual que confere protecção máxima por todos os profissionais de saúde. seia em zona covid-

19 seja em zona não-covid-19, para evitar contágio de profissionais por doentes covid-19 que não se enquadrem na definição de caso suspeito em vigor;

7) Capacitação de profissionais de saúde e de grupos específicos (em escolas/empresas/comunidade) para identificação precoce de casos suspeitos de covid-19 na comunidade, e reporte às entidades de saúde competentes;

8) Disponibilização de solução de base alcoólica em locais públicos com dispensador *contactless*;

9) Manutenção de todas as medidas de distanciamento social que não tenham impacto económico, tais como o regime de teletrabalho sempre que possível;

10) Ponderação individual do *pha-se-out* de cada medida de *lockdown*;

 Criar estrutura de laboratórios e médicos sentinelas para identificação de transmissão do vírus SARS-CoV-2;

12) Decisão de abertura, consubstanciada, em qualquer circunstância, num plano integrado a desenvolver e que passará por efectivar novos investimentos no Serviço Nacional de Saúde, reforçar a economia, potenciar o nosso tecido produtivo nacional, salvaguardar o nosso sistema de ensino, garantir a segurança interna, para além das medidas de contenção da epidemia que a cada momento se considerem necessárias.

Além de António Saraiva (CIP) e de Carlos Silva (UGT), assinam a carta Vítor Sobral (*chef* de cozinha), Álvaro Covões (promotor de eventos culturais), Alexandre Fonseca (presidente da Altice Portugal), Miguel Almeida (presidente da Nos), Pedro Santa Clara (economista e professor na Nova SBE), Ana Galvão (locutora de rádio) e Luís Palha (presidente da Pharol).

marta.oliveira@publico.pt





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág**: 11

Cores: Cor

**Área:** 16,28 x 24,35 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Costa em videoconferência com 25 economistas e académicos

#### São José Almeida e Marta Moitinho Oliveira

Para preparar o regresso gradual à normalidade, o Governo vai reunir-se hoje com economistas, por videoconferência

primeiro-ministro, António Costa, reúne-se hoje por videoconferência com 25 economistas e académicos "sobre a actual e futura situação económica e financeira" e as "medidas para promover o relançamento da actividade económica". Nos encontros estará presente o ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira.

De manhã, o tema é as "Perspectivas para a economia portuguesa em contexto de crise pandémica". Neste debate, participam Nuno Alves, do Banco de Portugal; Nazaré da Costa Cabral, do Conselho de Finanças Públicas; Carlos Coimbra, do INE; António da Ascensão Costa, do ISEG; e João Borges de Assunção, da Universidade Católica Portuguesa.

Da parte da tarde o tema é o "Relançamento da actividade económica em contexto de crise pandémica", e os intervenientes serão: Catarina Reis e Francisca Guedes de Oliveira, da Universidade Católica; Luís Catão e António Afonso, do ISEG; Ricardo Paes Mamede e Alexandra Ferreira Lopes, do ISCTE; Miguel Ferreira e Susana Peralta, da Universidade Nova SBE; Fernando Alexandre e João Cerejeira, da Universidade do Minho; José Caetano e Miguel Rocha de Sousa, da Universidade de Évora; Pedro Gil e Pedro Teixeira, da Universidade do Porto; Pedro Bação e Tiago Sequeira, da Universidade de Coimbra; João Amador, do Banco de Portugal; Miguel St. Aubyn, do Conselho



Primeiro-ministro conduzirá reuniões a partir de São Bento

Finanças Públicas; Ricardo Reis, da London School of Economics e Miguel Faria e Castro, da Federal Reserve Bank of St. Louis.

Na quinta-feira faz um mês que as escolas deixaram de ter aulas presenciais. Com o fecho das escolas, os pais passaram a ficar em casa em regime de teletrabalho ou apoiados por uma medida extraordinária e temporária aprovada pelo Governo que garante 66% do vencimentobase.

#### Recessão é cenário

No dia 19 de Março, o Governo aprovou regras que concretizaram o estado de emergência. Foi nesta altura que a paralisação económica se generalizou, ficando a funcionar apenas os serviços essenciais, como supermercados, mercearias, bombas de combustível, hospitais, farmácias, entre outros.

O Governo admitiu que o confinamento terá um impacto significativo na economia, colocando o cenário de recessão em cima da mesa. O Banco de Portugal prevê que este ano o PIB contraia 3,7% e que a taxa de desemprego ultrapasse os 10%. As quebras no PIB sucedem-se por toda a Europa. Em França, o Governo espera a maior crise económica desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Com empresas a fechar, trabalhadores em *layoff*, quebras de rendimento e aumento do desemprego, o impacto da crise pandémica na economia já levou as autoridades a começar a pensar em cenários de regresso à normalidade.

É neste contexto que o primeiroministro, António Costa, se reúne com economistas. O objectivo é preparar a saída do confinamento.

Ontem foi conhecida uma carta já assinada por mais de 160 personalidades que defendem um conjunto de 12 medidas para que seja possível relançar a economia sem pôr em perigo a saúde pública (ver texto da página ao lado). Uma das medidas passa pelo uso obrigatório de máscara por toda a população para ir trabalhar. Também a ministra da Saúde, Marta Temido, revelou ontem a recomendação para o uso de máscara social em locais fechados após o confinamento.

Em Espanha, os sectores da indústria e construção que encerraram no fim de Março voltaram ontem ao trabalho com uso de máscara.

sao.jose.almeida@publico.pt





Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 26

Cores: Cor

Área: 25,70 x 29,34 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 3



## "Há empresas que deixaram de ser viáveis. Crédito não vai ajudar"

**Sérgio Rebelo** Professor da Kellogg School of Management alerta que Portugal tem pouca capacidade orçamental. Ainda assim, considera que "há algum espaço de manobra desde que o BCE esteja disponível para comprar dívida portuguesa"

#### **Entrevista** Sérgio Anibal e Andrea Cunha Freitas

Abandonar a contenção e limitar pouco a actividade, apostando na chamada "imunidade de grupo", não é a melhor opção nem mesmo no plano económico, já que, mesmo podendo trazer aumentos temporários no consumo, os efeitos económicos de longa duração serão negativos. Esta é um das conclusões de um estudo publicado recentemente por Sérgio Rebelo, economista português residente nos Estados Unidos há várias décadas, em conjunto com Martin S. Eichenbaum e Mathias Trabandt. No trabalho, os especialistas analisam, com base nos dados da gripe espanhola de 1918, os equilíbrios entre a protecção de vidas humanas através de medidas de contenção da actividade e o impacto na economia dessas medidas

Em resposta às perguntas enviadas por email pelo PÚBLICO, o professor da Kellogg School of Management defende que "de uma forma geral, os governos estão a fazer aquilo que é preciso para adequar o curso de epidemia à capacidade hospitalar". Do ponto de vista económico, afirma que aquilo que é necessário nesta fase é "tomar medidas que aliviem o sofrimento das famílias mais desprotegidas, que preservem as empresas viáveis e que mantenham os empregos", alertando contudo que "há infelizmente empresas que deixaram de ser viáveis e a essas o crédito não vai ajudar". Para o Estado, deixa um aviso: "Se a situação económica piorar vai ser preciso tomar mais medidas, mesmo que isso signifique um endividamento maior." O que é preciso, diz, é "preservar a capacidade produtiva". No vosso artigo – "Pandemics Depress the Economy, Public

Health Interventions Do Not:

Evidence from the 1918 F lu"

#### falam, por um lado, na influência desta perturbação na economia com um possível aumento de mortes por suicídio e, por outro, numa redução de mortes nos acidentes de viação e poluição por causa do seu abrandamento. Porquê fazer este tipo de contas?

O modelo que construímos tem em conta os custos da recessão causada pela epidemia em si e pelas medidas de contenção adoptadas para reduzir o número de fatalidades. Mas um modelo é sempre uma simplificação da realidade em que tentamos incluir apenas aquilo que é crucial. No nosso caso, o modelo não leva em consideração aspectos como acidentes de viação e fluxos de poluição.

Onde é que se encontra, no presente caso, o ponto ideal entre a aplicação de medidas de contenção e a manutenção de alguma actividade económica? É exactamente esse ponto ideal que o modelo permite determinar. É claro que é mais fácil fazer isto no computador do que na realidade. O modelo é apenas um instrumento para nos ajudar a pensar sobre escolhas que são muito difíceis de fazer.

#### Há muitas informações e variáveis que não conhecemos. Por exemplo, porque escolheu a (optimista) taxa de mortalidade de 0,5%, quando a OMS fala numa previsão de 2%?

A taxa de mortalidade é o número de pessoas que faleceram devido à covid-19 dividido pelo número de pessoas infectadas. Temos uma ideia razoável do numerador deste rácio, mas uma ideia muito imprecisa do denominador. Há muitas pessoas infectadas sem sintomas que não são incluídas no denominador. Isso resulta em estimativas da taxa de mortalidade que são artificialmente elevadas. Por esta razão, utilizámos os dados por escalão etário da Coreia do Sul, um país que usou um número muito grande de testes para aferir o

número de infectados. Usámos depois a distribuição por idades nos Estados Unidos para adaptar a taxa de mortalidade à realidade americana. Excluímos pessoas com mais de 70 anos porque este grupo etário tem taxas muito baixas de participação no mercado de trabalho.

A análise que faz diz respeito aos EUA. Há motivos para pensar que pode ser diferente noutros países, noutras economias? No caso português, por exemplo? As variáveis cruciais são a estrutura etária da população e a capacidade hospitalar. As razões pelas quais assistimos a situações dramáticas na Itália são que cerca de 30% da população tem mais de 60 anos e a capacidade hospitalar é bastante limitada.

#### As medidas de contenção actualmente em vigor na Europa e nos EUA são as adequadas? Os governos têm estado, a este nível, a reagir bem?

De uma forma geral, os governos estão a fazer aquilo que é preciso para adequar o curso de epidemia à capacidade hospitalar, reduzindo a taxa de mortalidade e ganhando algum tempo para ver se se descobre um tratamento eficaz ou uma vacina.

#### Quanto tempo é que, acredita, poderá durar este problema de termos a economia total ou parcialmente fechada?

Estamos nas mãos dos cientistas que desenvolvem terapias e vacinas. Se se encontrar um tratamento eficaz ou uma vacina a curto prazo, a economia vai recuperar rapidamente. Mas temos de nos preparar para a possibilidade de isso não acontecer e de a epidemia só parar por atingirmos herd immunity [imunidade de grupo], ou seja guando houver um número grande de pessoas que teve a infecção e adquiriu imunidade ao vírus. Na ausência de vacinas ou tratamentos só isso pode evitar um segundo surto de infecções. Se a solução for herd immunity, temos



de implementar políticas de contenção por um período de tempo muito mais alargado que um trimestre.

#### Que tipo de medidas devem ser tomadas?

É preciso tomar medidas que aliviem o sofrimento das famílias mais desprotegidas, que preservem as empresas viáveis e que mantenham os empregos para que a economia possa recuperar rapidamente quando a epidemia passar. Na Alemanha, o programa Kurzarheit ("trabalho curto") permite às empresas reduzirem as

horas de trabalho dos seus trabalhadores. O Estado dá uma compensação parcial aos trabalhadores que sofreram redução nas horas de trabalho e rendimento. Ao incentivar as empresas a não despedirem os seus trabalhadores o programa permitiu à Alemanha recuperar rapidamente em 2010 e 2011. Este programa foi revisto e adaptado para a situação

Portugal ainda tem muitas feridas abertas na economia pelos tempos da crise de 2008 e da troika. Tem também níveis de

#### CISION

**ID**: 85960777



Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

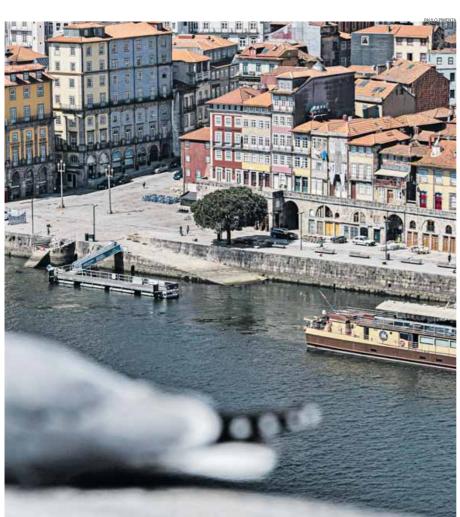
**Pág:** 27

Cores: Cor

Área: 25,70 x 29,92 cm²

Corte: 2 de 3





dívida, pública e privada, muito elevados. Qual é que acha que será o impacto da epidemia na economia portuguesa?

Portugal tem pouca capacidade orçamental, por isso é preciso ser cuidadoso. Mas há algum espaço de manobra desde que o Banco Central Europeu (BCE) esteja disponível para comprar dívida portuguesa. A prudência na gestão da dívida durante expansões é importante para termos espaço de manobra nas recessões.

O Governo já anunciou uma série de medidas de apoio às

famílias, desempregados, recibos verdes, empresários, etc. Desde moratórias para empréstimos a isenções de pagamentos de rendas, emissão de dívida e regras para layoff simplificados, entre outras acções. É isto que é preciso? Devia-se ir mais longe ou, pelo contrário, ter mais prudência no que diz respeito ao aumento do nível de endividamento? É um balanço delicado entre aliviar o presente e sobrecarregar o país com dívidas a pagar no futuro. Portugal, tal como outros países,

está a navegar à vista. Se a situação económica piorar vai ser preciso tomar mais medidas mesmo que isso signifique um endividamento maior, porque é preciso preservar a capacidade produtiva do país. Uma parte importante das medidas consiste na concessão de crédito às empresas ou o adiamento de despesas para os particulares. Não se estará apenas a adiar uma factura? O acesso ao crédito é muito importante porque ajuda a evitar que empresas viáveis vão à falência. Há, infelizmente, empresas que

Estamos nas mãos dos cientistas que desenvolvem terapias e vacinas. Se se encontrar um tratamento eficaz ou uma vacina a curto prazo, a economia vai

a curto prazo, a economia vai recuperar rapidamente. Mas temos de nos preparar para a possibilidade de isso não acontecer

É um balanço delicado entre aliviar o presente e sobrecarregar o país com dividas a pagar no futuro. Portugal, tal como outros países, está a navegar à vista

A mutualização permite partilhar o risco de um choque comum de forma a que a retoma seja mais robusta



deixaram de ser viáveis e a essas o crédito não vai ajudar. Quanto tempo vai ser preciso para nos recompormos disto tudo? Este tipo de crises deixa cicatrizes na economia no longo prazo?

Tudo depende da duração da crise.

Se amanhã for descoberto um

tratamento eficaz as cicatrizes vão ser pequenas. Muitos países vão acabar mais endividados e com economias mais fracas porque perderam empresas e empregos durante a epidemia. Há também mudanças de comportamento que provavelmente vêm para ficar: mais comércio electrónico e telemedicina, mais reuniões por videoconferência e ensino online. mais automação e menos outsourcing [subcontratação]. Na Europa, o debate económico tem estado centrado nos chamados "coronabonds". Acha que avançar para a mutualização de dívida é essencial para evitar o risco de uma nova fragmentação na zona euro? Como sempre esta é uma questão política. Mas a mutualização permite partilhar o risco de um choque comum de forma a que a retoma seja mais robusta e que a

possa recuperar mais rapidamente. Essa circulação é muito importante para Portugal dada a importância do turismo na nossa economia. Um dos cenários em que se estará a trabalhar agora passa por "ir libertando" os sobreviventes da covid-19, ou seja, as pessoas que foram infectadas e recuperaram. A Alemanha avançou recentemente com essa ideia consistindo numa espécie de

"certificado de imunidade" que

permitia o regresso à vida

circulação de pessoas na Europa

"normal". Acha que essa é uma possível e boa solução? O regresso destas pessoas pode ter um efeito de alívio na economia? Acho que se tem de evoluir rapidamente para estas soluções de smart containment, em que as pessoas imunes podem trabalhar e circular livremente. Para implementar esta solução é preciso ter a capacidade de fazer testes de imunidade em grande escala.

sergio.anibal@publico.pt acfreitas@publico.pt





Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 10,94 x 7,03 cm<sup>2</sup>

Corte: 3 de 3



Edicão Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.947 • 1,30€ • Terca-feira, 14 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Centeno avisa Ter a economia parada um mês custa "6 a '



Sérgio Rebelo Há empresas

Economia, 26/27

# 74% dos portugueses têm medo de ir a hospitais e centros de saúde

Covid-19 afasta utentes dos cuidados de saúde, 32% dos doentes crónicos preferiram ficar em casa. Conclusões são do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Destaque, 2 a 15 e Editorial



#### Educação Novas regras preiudicam alunos que auerem melhoria denotapara entrar na

**Um quarto dos** alunos não fez os trabalhos de casa p2/3

#### Governo vai reabilitar 6 mil km de ribeiras

Investimento total, por parte do Ministério do Ambiente, ronda os 75 milhões de euros ao longo dos próximos anos p24

#### Morreu Sarah Maldoror. pioneira do cinema africano

1929-2020 Encenadora e cineasta activista, autora de títulos centrais do cinema africano anti e pós-colonial morreu em Paris p30/31

#### **Houve 699** denúncias de pornografia fantil em 2019

Relatório anual das estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é publicado nesta terça-feira p22

#### idealista

O portal imobiliário líder em Portugal





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 2

Cores: Cor

Área: 25,70 x 29,46 cm²

Corte: 1 de 3



## CORONAVÍRUS

# Sem tempo ou sem apoio: um quarto dos alunos não fez trabalhos em casa

"Falta de tempo" é a principal justificação dos estudantes para não conseguirem responder às tarefas, mas há quem se queixe de não perceber o que é pedido pelos professores

Samuel Silva

m quarto dos estudantes não fez os trabalhos que lhes foram enviados pelos professores durante as duas primeiras semanas de suspensão das aulas, revela um inquérito feito pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação. "Falta de tempo", justificase a maioria. O "verdadeiro teste" ao ensino à distância começa hoje com o arranque do 3.º período, adverte Ana Benavente, que coordena esta investigação.

Ainda que a maioria dos alunos tenha conseguido completar as tarefas enviadas pelos seus professores, 25% dos inquiridos revelam não ter conseguido realizar os trabalhos em casa durante o período de suspensão das aulas. A maioria (42,1%) evoca "falta de tempo", mas mais de um terço dos alunos (33,7%) diz ter "dificuldade em perceber o que é pedido pelos professores". Este é o segundo coniunto de resultados de

um inquérito *online* que este centro de investigação tem vindo a promover para avaliar os impactos da covid-19 no sistema de ensino.

Os números agora divulgados mostram a importância do apoio doméstico ao estudo em contexto de ensino à distância, tendo 24,2% dos alunos dito não terem feito todos os trabalhos enviados pelos professores por "ausência de apoio/ ajuda suficiente".

Ainda segundo o Observatório, três quartos dos alunos foram ajudados por alguém durante o período em que tiveram aulas em casa, sobretudo às disciplinas de Português (62,2% dos estudantes necessitaram de apoio) e Matemática (70,4%). Cerca de 15% dos alunos declaram precisar de ajuda diária para dar conta das tarefas inerentes às aulas em casa.

Nos casos em que os alunos precisam de ajuda, recorrem sobretudo às suas famílias, com destaque para as mães (77,5%). Seguem-se os pais (41,3%) e os irmãos ou outros familiares, que totalizam 18.1%. Mesmo em contexto de confinamento, cerca de 20% dos alunos tem tido ajuda de um explicador.

Estes resultados mostram como o ensino à distância está a pôr em causa a equidade na educação, não só em termos de acesso às tecnologias. mas também do apoio que cada família consegue garantir aos seus filhos, defende a antiga secretária de Estado da Educação Ana Benavente. Estes dados podem até pecar por defeito, uma vez que, sendo respondido online, "o inquérito está distorcido porque só respondem as famílias com acesso às tecnologias", contextualiza a coordenadora do Observatório, coordenado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

"Se é assim com estas famílias, como será com as que ficam de fora", acrescenta Benavente. Estas "contradições" podem tornar-se mais evidentes a partir de hoje,



Este é que é o verdadeiro teste. Nos primeiros 15 dias, houve muita boa vontade e um enquadramento um pouco lúdico. Agora, será tudo diferente

**Ana Benavente** Investigadora



Queixas de professores

O 3.º período arranca com as aulas à distância para todos os alunos. Os estudantes dos três primeiros ciclos terão o apoio da nova Telescola – agora designada #EstudoEmCasa – a partir do início da semana seguinte, como complemento ao trabalho que os professores terão de continuar a fazer com os alunos.

A uma semana do início da emissão das aulas pela televisão, os conteúdos programáticos continuam desconhecidos dos professores, lamentaram os directores escolares. "Para os professores poderem organizar melhor as aulas, era importante que soubéssemos quais os conteúdos programáticos que serão





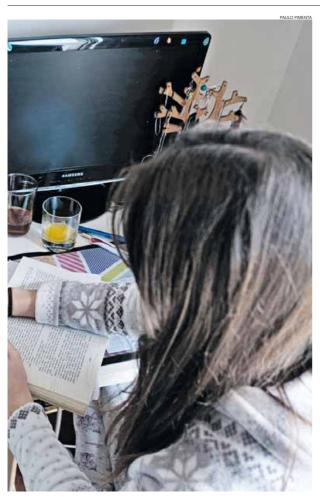
Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária Âmbito: Informação Geral **Pág:** 3 Cores: Cor

Área: 25,70 x 29,67 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





exibidos na televisão", sublinhou Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), em declarações à Lusa. Até ao momento, o Ministério da Educação divulgou apenas a grelha e o calendário das aulas que a RTP Memória vai transmitir para os alunos do 1.º ao 9.º anos.

#### Refeições para 20 mil

As escolas públicas vão continuar a servir refeições aos alunos carenciados até ao final do ano lectivo. A medida, que já tinha vigorado nas duas semanas antes das férias da Páscoa para os alunos com o escalão A da acção social escolar, vai agora ser alargada também aos estudantes com escalão B, fruto do prolongamento da suspensão das aulas presenciais nos próximos meses.

Esta determinação do Ministério da Educação (ME) já foi transmitida às escolas e foi confirmada pelo PÚBLICO junto de fonte da tutela. Após a suspensão das aulas presenciais, por causa da pandemia da covid-19, o Governo tinha determinado que os alunos mais carenciados deviam continuar a ter acesso às refeições que habitualmente faziam nos estabelecimentos de

A medida destinava-se até aqui aos estudantes com escalão A, que pertencem às famílias com menores rendimentos. O alargamento para os beneficiários de escalão B duplica o universo de alunos que podem ser apoiados. Nas duas semanas de férias da Páscoa, que terminaram ontem, as escolas serviram, em média, 10 mil refeições diárias.

Este serviço está a ser prestado por cerca de 700 escolas – o país tem 811 agrupamentos de escolas públicas

As refeições escolares foram um dos serviços excepcionais que o Governo determinou que as escolas deviam continuar a prestar depois da suspensão das aulas presenciais, no âmbito das medidas de contenção da covid-19, no mês passado.

samuel.silva@publico.pt

pecarão poi defeito, uma vez que o inquérito é realizado online e apenas abrange famílias com acesso às tecnologias

Os valores

#### Alunos que querem subir notas prejudicados com novo sistema

#### Samuel Silva

Centenas de alunos que esperavam usar os exames para melhorar a média de entrada na universidade apanhados de surpresa

um efeito colateral das mudanças que o Governo implementou nos exames nacionais des te ano lectivo. As provas que os alunos vão fazer em Julho não vão servir, desta vez, para aumentar as notas internas do ensino secundário. As provas valem apenas como específicas para o ingresso no ensino superior e só nessas condições podem ajudar a subir as médias. Centenas de estudantes que se preparavam para fazer melhorias de nota foram apanhados de surpresa.

Para os alunos dos cursos científico-humanísticos, os exames nacionais pesam, habitualmente, duas vezes no apuramento da média de acesso ao ensino superior. Contam uma primeira vez para a classificação final das disciplinas em que há prova nacional, com um peso de 30%. A restante nota resulta da média de frequência nos dois ou três anos que durou essa "cadeira".

Depois, a mesma prova conta uma segunda vez no caso de ser também prova de ingresso - ou específica exigida pelo curso superior a que o estudante deseja concorrer. Nesse caso, o exame nacional passa a pesar 35% a 50% da média de acesso. Este ano, fruto das medidas de contenção da covid-19, apenas esta segunda componente vale.

Por isso, os alunos que esperavam fazer os exames para melhorar a média interna do ensino secundário -fruto do peso de 30% que as provas têm na classificação - não poderão fazê-lo. Quem já tiver concluído o ensino secundário e quiser, este ano, candidatar-se novamente ao ensino superior, para entrar num novo curso ao qual possa ter falhado o acesso no

ano passado por algumas décimas, por exemplo, ficará com a mesma média de secundário. Só pode por isso subir a sua nota final de acesso recorrendo ao "peso" do exame específico exigido para o curso a que pretende candidatar-se. Isto vale sendo aluno interno ou aluno externo.

Esta explicação foi dada pelo secretário de Estado da Educação, João Costa, no domingo, durante numa conversa *online* no canal do Instagram da plataforma Inspiring Future, que auxilia os jovens na hora de escolherem o seu futuro profissional. A novidade apanhou muitos estudantes, que esperavam fazer melhoria de nota neste ano lectivo, de surpresa e tem motivado protestos.

"A melhoria da classificação final da disciplina por exame é, para muitos alunos do ensino secundário, a única opção viável de melhoria da sua média interna, de modo a poderem ingressar no curso superior almejado", defendem os estudantes numa petição online em que pedem ao Governo que reconsidere esta medida. Ao início da noite de ontem, o abaixo-assinado tinha já cerca de 2000 subscritores

Estes argumentos são semelhantes



Já há uma petição a correr que conta com duas mil assinaturas

aos de dezenas de mensagens de estudantes que chegaram ao email do PÚBLICO desde domingo e também encontram eco em fóruns de estudantes online e em grupos especializados nas redes sociais.

À TSF, na manhã de ontem, o ministro da Educação admitiu que alguns alunos possam considerar "injusta" a solução, mas garantiu que a prioridade do Governo foi "assegurar, pelo menos, a realização dos exames nacionais" do ensino secundário, independentemente da evolução da pandemia. O gabinete de Tiago Brandão Rodrigues não respondeu às questões feitas pelo PÚBLICO sobre esta matéria.

Face às mudanças nos exames, o Governo vai também alargar de novo o prazo de inscrições. A data já tinha sido mudada (de 24 de Marco para 3 de Abril), no mês passado, na sequência do encerramento das escolas, o que obrigou a que o processo passas se a ser feito em exclusivo online.

Os alunos terão agora um novo período, que ainda não é conhecido, que lhes permite corrigir as escolhas já feitas. Na prática, os estudantes podem "desinscrever-se" dos exames de que não necessitem, mantendo apenas aqueles que querem usar como específica

A maioria das licenciaturas exige apenas uma prova de ingresso. Isto quer dizer que alguns estudantes do 12.0 ano podem nem vir a fazer nenhum exame nacional este ano, caso a disciplina específica tiver sido uma das que foram sujeitas a exame no 11.º ano. Por exemplo, a generalidade dos cursos de Arquitectura aponta Geometria Descritiva como prova de acesso. Também Biologia e Geologia, Física e Química e Filosofia são provas feitas no 11.º ano.

Nas engenharias são exigidas pela generalidade das instituições de ensino superior duas provas de ingresso. Em cursos mais exigentes, como os de Medicina, são pedidas conjuntamente três provas (Biologia e Geologia, Física e Química e Mate-





Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 25,70 x 13,12 cm

Corte: 3 de 3



Edicão Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.947 • 1,30€ • Terca-feira, 14 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Centeno avisa Ter a economia parada um mês custa "6 a 7



Sérgio Rebelo Há empresas

# 74% dos portugueses têm medo de ir a hospitais e centros de saúde

Covid-19 afasta utentes dos cuidados de saúde, 32% dos doentes crónicos preferiram ficar em casa. Conclusões são do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Destaque, 2 a 15 e Editorial



# preiudicam alunos que

denotapara

**Um quarto dos** alunos não fez os trabalhos de casa

#### Governo vai reabilitar 6 mil km de ribeiras

Investimento total, por parte do Ministério do Ambiente, ronda os 75 milhões de euros ao longo dos próximos anos p24

#### Morreu Sarah Maldoror. pioneira do cinema africano

1929-2020 Encenadora e cineasta activista, autora de títulos centrais do cinema africano anti e pós-colonial morreu em Paris p30/31

#### **Houve 699** denúncias de pornografia fantil em 2019

Relatório anual das estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é publicado nesta terça-feira p22

### idealista

O portal imobiliário líder em Portugal





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 20

Cores: Cor

Área: 25,70 x 29,21 cm²

Corte: 1 de 1



# PSD apresenta programa para relançar economia em Junho

Presidente do Conselho Estratégico Nacional, Joaquim Miranda Sarmento, lidera grupo de trabalho que já está a trabalhar há três semanas e a avaliar o "impacto estrutural" da pandemia na economia portuguesa

#### **Partidos**

#### **Margarida Gomes**

O PSD está a avaliar o "impacto estrutural" da crise pandémica na economia nacional para preparar um conjunto de medidas para o relançamento económico. A task force de economistas e gestores anunciada pelo partido liderado por Rui Rio já está a desenhar o programa de recuperação da economia e de aumento da competitividade, através do investimento, exportações e emprego.

Na quinta-feira, em entrevista à SIC, Rui Rio levantou o véu sobre o trabalho que o partido, através do Conselho Estratégico Nacional (CEN), está a preparar. "Vai ter de ser tudo avaliado para relançar a economia", declarou o líder social-democrata, que está a acompanhar o trabalho que o CEN está a fazer.

Joaquim Miranda Sarmento, que preside ao CEN, é o coordenador do grupo de trabalho que está a elaborar o programa que incluirá um conjunto de propostas para colmatar as brechas que esta crise vai deixar, mas também para atacar alguns dos problemas que a economia carrega há muito tempo. "Há 25 anos que a economia portuguesa não cresce", salienta Joaquim Miranda Sarmento.

É na conjuntura económica que o PSD acredita que o Governo encontrará mais dificuldades, acabando por assistir a um aumento do descontenamento dos portugueses. É nisso que os sociais-democratas estão a apostar, em termos de combate político, ao mesmo tempo que se mostram disponíveis para colaborar com o executivo de António Costa no combate à crise de saúde pública. "O Governo continua a ter o nosso apoio, e mesmo incentivo, para escalar as medidas de combate à covid-19", escreveu Rui Rio no Twitter, a 15 de Março. Na entrevista à SIC, voltou a evidenciar espírito construtivo.

O núcleo duro da task force do PSD, do qual fazem parte "sete a oito pessoas", já começou a trabalhar há cerca de três semanas. O primeiro documento produzido foi o pacote de 12 medidas que Rui Rio apresentou ontem, no Porto, e que propõe um





Joaquim Miranda Sarmento coordena grupo que integra sociais-democratas mas também elementos da Academia

reforço nas linhas de crédito de apoio às empresas, o adiamento de pagamentos fiscais (IVA, IRC e TSU) e isenções de comissões bancárias para as pequenas empresas, a redução do IMI para empresas e famílias, bem como a possibilidade de as empresas decretarem um período de férias aos trabalhadores nesta fase da crise. As medidas foram apresentadas como "contributos" do PSD para atenuar a crise em resultado da covid-19, e entregues em mão ao primeiro-ministro na quarta-feira.

#### **PSD** tem dois pacotes

Entre as propostas está o alargamento das linhas de crédito às empresas e empresários em nome individual para um valor na ordem dos dez mil

milhões de euros (três mil milhões, como anunciou o Governo, "ñão chegam", alega o PSD), a fixação da garantia do Estado de 90% nos créditos concedidos, o aumento do montante máximo de empréstimo por empresa (nas microempresas passaria de 50 mil para cem mil euros, por exemplo).

"O segundo pacote é o programa para o país. Estamos a trabalhar de uma forma articulada, ouvindo pessoas que têm dado muito contributos, desde economistas, gestores, empresários, pessoas ligadas à Academia e à administração pública", disse o presidente do CEN do PSD, realçando que tem havido "grande receptividade" por parte das pessoas.

de" por parte das pessoas. "As pessoas que estão a dar contributos não são todas sociais-democratas", disse ao PÚBLICO uma outra fonte do PSD, notando que a "filosofia" que preside a esta task force é a mesma que esteve subjacente ao Conselho Estratégico Nacional que contou com contributos de muitas pessoas de fora do partido para as diferentes áreas. "Temos tido imensas pessoas a querer colaborar", revela Joaquim Sarmento, realçando que todos os contributos são importantes, porque, sublinha, a questão "é bastante dificil".

Para já, Joaquim Sarmento desconhece a dimensão da "pancada" que a pandemia do novo coronavirus vai deixar na economia portuguesa, mas mostra-se apostado em apresentar ao país um pacote de medidas que "per-

mitam ajudar as empresas e as famílias a superar" a crise económica.

Em tempo de pandemia, as "conversas são virtuais" na *task force*: fazem-se via Skype, WhatsApp, Zoom ou por *email*, conta o presidente do CEN, que prefere não dizer, para já, o nome das pessoas que estão a colaborar com o PSD. "Algumas pessoas darão a cara mais à frente."

darão a cara mais à frente."
Joaquim Miranda Sarmento prevê
que este programa de relançamento
da economia seja apresentado no
mês de Junho, quando os efeitos económicos da pandemia já forem mensuráveis e quando já se tiver uma
ideia clara da resposta existente no
plano europeu.

mgomes@publico.pt





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 40

Cores: Cor

**Área:** 25,70 x 16,73 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



#### **ORESPEITINHONÃO ÉBONITO**

# Há demasiada unanimidade no ar. E isso é péssimo



#### **João Miguel Tavares**

primeiro-ministro e o ministro da Educação apresentaram no final da semana passada as medidas para o futuro deste ano lectivo, cuja consequência é esta: um milhão de miúdos metidos em casa até Setembro, mais outros tantos pais a cuidar deles e a estudar ao seu lado. Todos estão condenados a penar mais uma dezena de semanas em ambiente de aprendizagem digital. que não passa de homeopatia educativa (sobretudo para quem está no ensino básico), auxiliados agora por um provecto canal de telescola, cuja grelha esteve várias décadas congelada, tal como o Capitão América, até ser descoberta pelos génios da 5 de Outubro.

Perante isto, qual foi a reacção do país? Pois bem: aplauso generalizado. O Governo foi louvado pela sua prudência, pelo seu bom senso e pela sua magnífica sabedoria. É curioso que

as mesmas pessoas que ainda há duas semanas estavam contra o estabelecimento de quaisquer datas para a reabertura do país, porque os dados científicos não o permitiam, achem agora que existem dados científicos que sustentam a absoluta impossibilidade de os miúdos voltarem às aulas na segunda metade de Maio ou no início de Junho. Pergunto: há mesmo? Ou a única coisa que o Governo está a fazer neste momento é responder a um pânico social desproporcionado e àquilo que antecipa ser a recusa dos professores em regressar às escolas sem as devidas garantias de segurança?

Expliquem-me devagarinho, como se eu fosse muito burro: 1) se o crescimento diário das infecções com coronavírus estabilizou abaixo dos 5%; 2) se as medidas de contenção já revelaram a sua eficácia; 3) se tudo indica que se tenha atingido o planalto da epidemia; 4) se a nossa capacidade hospitalar ainda está longe do limite: 5) se há mais meios a caminho (nomeadamente ventiladores) para reforcar essa capacidade; 6) se o número de pessoas internadas nos cuidados intensivos tem vindo a diminuir; 7)





Vejo muitos a abanar a cabeça em sinal de reverente obediência a decisões que não justificam este consenso. Haveria certamente outras opções para escolas e alunos que mereciam um debate que não existiu

se só vai existir vacina daqui a pelo menos um ano; 8) se a população aos poucos precisa de ganhar imunidade; 9) se a população activa terá em breve de sair de casa; 10) se os coronavírus tendem a recuar nos meses de Verão para depois regressarem no Inverno; 11) se a prioridade deve ser a economia, porque a saúde parece controlada; 12) se já todos percebemos que vamos ter de aprender a viver com isto - se esta dúzia de factos está agora bem à frente dos nossos olhos. expliquem-me, por favor, qual é exactamente a razão para o Governo nos dizer que só o 11.º e o

12.º anos é que podem regressar às aulas antes de Setembro, e nem sequer isso está assegurado?

Sinceramente, não percebo. Mas, mais do que não perceber, aquilo que me está a irritar sobremaneira é a unanimidade instalada. Com a ilustre excepção de meia dúzia de teimosos que levam pancada com fartura, veio demasiada gente a abanar a cabeça em sinal de reverente obediência a decisões que não justificam este grau de consenso. Que mais não seja, haveria certamente outras opções para escolas e alunos que mereciam um debate que não existiu. Por que não olhar para os números de infecções no início de Maio? Por que não prolongar as aulas até ao final de Julho? Por que não ganhar nos meses de Verão aquilo que podemos vir a precisar, em novas quarentenas, nos meses de Inverno? Onde quase todos vêem prudência, eu vejo falta de ambição – e, sobretudo, um enorme défice de discussão e de confronto de ideias alternativas. Se toda a unanimidade é burra. mais umas semanas como estas e acabamos a zurrar.

#### Jornalista

jmtavares@outlook.com





Carteiros vão pedir cartão

Um diploma do Governo propõe que, para evitar o contacto directo entre os carteiros e os cidadãos, os CTT dispensem a assinatura nas notificações, passando a pedir apenas a identificação verbal e a indicação do número do cartão de cidadão ou passaporte, por exemplo.

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 5

Cores: Cor

**Área:** 11,07 x 4,06 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1









14-04-2020

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 12

Cores: Cor

Área: 25,70 x 24,28 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



# Fiscalização laboral tem metade dos inspectores previstos

Em Março, houve 3 mil denúncias à ACT, um aumento de 50% face a Fevereiro. Faltam carros, protecção e poder. "Não poderemos ajudar quem nos procura", diz sindicato

#### **Victor Ferreira**

em pessoas suficientes, sem meios suficientes e sem poderes. Esta é a realidade da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que dificilmente será o vigilante de serviço contra eventuais abusos laborais durante a pandemia de

Depois de simplificar o layoff para os empresários, tornando-o quase imediato, o Governo de António Costa prometeu mais fiscalização, através da ACT. Basta raspar a superfície para se perceber que a ACT não está em condições de cumprir essa promessa. A primeira falha é no pessoal. O mapa prevê 442 inspectores. Mas o número real é 295. E 44 estagiários, que só ficarão habilitados em termos de formação em Setembro.

Se fossem 295 (ou mesmo 339 já contando com os 44 estagiários), os constrangimentos "já seriam graves", aponta a presidente do Sindicato dos Inspectores do Trabalho. Carla Cardoso, inspectora na ACT há 19 anos. Mas a realidade é ainda pior. É preciso descontar "cerca de meia centena, que estão noutras funções": os 32 responsáveis pelos serviços desconcentrados: e cerca de uma dezena de inspectores que presta apoio à direcção da ACT ou que está noutros serviços. A própria ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, que estava na ACT, assim como mais duas inspectoras que estão actualmente no Ministério do Trabalho, têm de ser "descontadas" daqueles 295

Feitas as contas, sobrariam uns 250 inspectores. Todavia, ainda é preciso subtrair os que estão em casa a cuidar de filhos menores de 12 anos; e os que têm problemas de saúde e, por isso, não sairão para o terreno porque estão em risco acrescido em tempos de pandemia.

Portanto, sobra quase metade dos inspectores previstos no mapa. Um número que fica muito longe da norma da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A regra da OIT, de um inspector por 100 mil trabalhadores, implicaria que a ACT tivesse 491 inspectores. Ao invés, terá nesta altura só cerca de 50% desse número.

#### 3 mil denúncias em Março

Os números da ACT em Março, pedidos pelo PÚBLICO, permitem antecipar que vêm aí tempos complicados. Em Marco (dados até 9 de Abril), a ACT registou 3 mil denúncias. A maioria eram pedidos de informação. Não é possível uma comparação homóloga porque "em Março de 2019 não havia registo centralizado de denúncias", diz a ACT. Mas pode-se comparar com Fevereiro de 2020, que teve cerca de 2 mil denúncias.

Isto dá um aumento de 50% em cadeia. Desse universo, 25% das denúncias diziam respeito a seguranca e saúde no trabalho, 14% a retribuições e 12% a situações de crise empresarial ou extinção de posto de trabalho. Portanto, 360 denúncias em Março estavam relacionadas com "crise empresarial" ou "extinção de posto de trabalho". Uma média de 16 queixas desta natureza por dia útil

A ACT esclarece ainda que 37% das denúncias eram "pedidos de informação ou situações sem indícios de irregularidade", pelo que foram concluídas e arquivadas. Desde o início de Março até 9 de Abril, foram ainda abertos 939 procedimentos inspectivos. Um valor ainda "muito baixo", considera Carla Cardoso, para quem o pior ainda está para vir. "Só quando as empresas deixarem o layoff e tentarem regressar à normalidade é que se vai perceber o efeito da crise e aí os problemas vão surgir em força", admite. O problema é que, para os inspectores, muitas vezes nem carro há. Ou equipamentos de protecção

#### Concursos de carros à pressa

Nos últimos dias, foram lançados concursos urgentes para tapar alguns buracos. No portal Base, que regista a contratação pública, há um contrato de 1 de Abril para a "aquisição urgente" de 250 headsets, para atendimento de chamadas em teletrabalho. Outro com data de 30 de Março é para o aluguer de curta duração de 40 veículos, por 82 dias.

A ACT tentou no passado resolver o problema crónico da falta de carros através de aluguer de longa duração, mas o concurso ficou deserto.

Ontem. o Governo voltou a prometer "serviços públicos mais capacitados" para combater abusos laborais. A Direcção-Geral do Emprego e Relações do Trabalho passa a partilhar, com a ACT e com o IEFP, os despedimentos colectivos que lhe são comunicados. "A ACT terá mais um instrumento à sua disposição para, mais

individual (EPI).

rapidamente e num maior número de casos, verificar indícios de ilegalidade", diz o ministério.

Para Carla Cardoso, isto "é mera propaganda". "A senhora ministra conhece bem esta casa, sabe bem que não temos pessoas, não temos meios, não há sequer garantias de que haverá EPI adequados, em número e em qualidade, para as viagens inspectivas que terão de ser feitas", atira

A última vez que a ACT adquiriu EPI

A regra da OIT, de um inspector por 100 mil trabalhadores, implicaria que a ACT tivesse 491 inspectores. Ao invés, terá nesta altura só cerca de metade

foi em 2015, segundo o portal Base Terá havido entretanto garantias de que já foram entregues agora equipamentos em todos centros locais



Nem nos supostos poderes reforcados da ACT há consenso. O Governo legislou no sentido de a ACT poder travar despedimentos ilegais apenas com uma notificação. Para a comissão executiva do conselho geral da Ordem dos Advogados, que analisou o decreto, é uma medida "inconstitucional". Diz o parecer que "permitir que uma autoridade administrativa decrete suspensões de despedimentos, com base em indícios de ilegalidade dos mesmos, é inconstitucional por violar a competência dos Tribunais de Trabalho". Para os inspectores sindicalizados, é uma "ficcão"

"Ó conjunto de leis que têm surgido no mundo laboral não trazem qualquer benefício para o trabalhador",







Meio: Imprensa País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

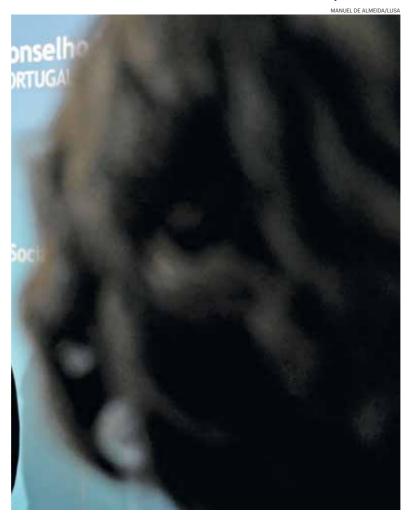
**Pág:** 13

Cores: Cor

Área: 11,00 x 24,94 cm²

Corte: 2 de 2





assegura Carla Cardoso. "Não temos competência para travar despedimentos e não poderemos, infelizmente, ajudar quem nos procura", continua.

A culpa, conclui o sindicato, é do Governo e da direcção da ACT, "que é nomeada pelo Governo e por isso tenta agradar ao poder quando fala em público sobre a situação" naquela instituição. "Estão a ser criadas expectativas de que a ACT vai resolver os problemas, mas infelizmente essas expectativas têm de ser desmistificadas, porque há barreiras legislativas e operacionais que nos impedem de as cumprir."

Os reforços de pessoal andam a ser prometidos desde 2015 e 2016, sem nunca se concretizarem.

#### **Medidas excepcionais**

Na resposta inicial à crise empresarial provocada pela pandemia, o Governo legislou no sentido de facilitar o recrutamento temporário de

#### A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, também já trabalhou na Autoridade para as Condições do Trabalho

inspectores noutros serviços. Para inspectores e técnicos juristas contactados pelo PÚBLICO, trata-se de uma "má opção" e uma "falácia". "Um inspector de outro serviço desconhece o direito do trabalho. Precisará de formação. Demorará meses até estar preparado", vaticina Carla Cardoso.

O reforço com o concurso interno de há cinco anos foi prometido pelo Governo anterior em 2017 e 2018. Apenas em 2019, os 44 escolhidos (e não 43 como disse o Ministério na semana passada) começaram estágio. A parte teórica terminou em Fevereiro. Todos passaram. Faltam seis meses de estágio prático.

Melhor seria "dar-lhes posse imediata", diz a sindicalista. Anota que a componente prática afinal "está





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 9 Cores: Cor

**Área:** 16,34 x 24,28 cm²

Corte: 1 de 1



# Máscaras para todos em locais fechados e movimentados

#### Teresa Sofia Serafim

O uso de máscaras na comunidade deve ser uma medida suplementar de protecção, de acordo com as indicações da DGS

Direcção-Geral da Saúde (DGS) lançou novas indicações para utilização de máscaras na comunidade, segundo as quais deve ser considerado o uso de máscaras por qualquer pessoa em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas. E avisa-se: o uso de máscaras na comunidade deve ser uma medida adicional de protecção e, de forma a dar prioridade a profissionais de saúde e doentes, pode ser considerado o uso de máscaras não cirúrgicas. Esta indicação pode já ser posta em prática, mas, como é ainda desejável que as pessoas fiquem em casa, será sobretudo mais aplicável quando as medidas de confinamento começarem a ser levantadas.

O anúncio das novas indicações sobre as máscaras foi feito na conferência de ontem pela ministra da Saúde, Marta Temido, que começou por esclarecer que há três tipos de máscaras: os respiradores, equipamentos de protecção individual para profissionais de saúde; as máscaras cirúrgicas, dispositivos que evitam a transmissão de agentes infecciosos das pessoas que as usam para as restantes; e as máscaras não cirúrgicas, feitas de diferentes materiais têxteis e destinadas à população geral.

Marta Temido precaveu que as máscaras cirúrgicas se destinam a profissionais de saúde, a pessoas com sintomas respiratórios, pessoas que circulem em instituições de saúde e a pessoas mais vulneráveis sempre que saiam de casa, nomeadamente idosos ou pessoas com doenças crónicas. A DGS tinha já alargado o uso de máscaras a elementos de alguns grupos profissionais, como bombeiros, profissionais de forças de segurança, distribuidores de bens essenciais ao domicílio ou trabalhadores de lares.

Ontem, Marta Temido anunciou o alargamento pelas mesmas palavras que constam na própria informação da DGS (sem carácter de obrigatoriedade): "De acordo com o princípio básico da precaução em saúde pública, e face à ausência de efeitos adversos associados ao uso de máscara, deve ser considerada a sua utilização de máscaras por qualquer pessoa em espaços interiores fechados com múltiplas pessoas (supermercados, far-

mácias, lojas ou estabelecimentos comerciais, transportes públicos, etc.)" Destaca-se ainda que esta é uma "medida adicional de protecção, pelo que não dispensa a adesão às regras de distanciamento social, de etiqueta respiratória, de higiene das mãos e a utilização de barreiras físicas, tendo que ser garantida a sua utilização adequada".

Tal como o Centro Europeu de Controlo de Doenças (ECDC) num relatório recente tinha assinalado que não há provas científicas directas que permitam uma recomendação a favor ou contra o uso de máscaras não cirúrgicas (ou comunitárias), estas máscaras podem ser consideradas para uso na comunidade nas situações destacadas pela DGS, de forma a dar prioridade às máscaras cirúrgicas para profissionais de saúde e doentes. A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, já tinha dito na última sexta-feira que Portugal ia seguir as recomendações do ECDC.

As indicações da DGS seguem-se assim às recomendações do ECDC que salientava o uso de máscaras na comunidade "pode ser considerado" e que isso deve ser feito sobretudo quando se visitam espaços movimentados e fechados (como supermercados) ou quando se usam transportes públicos.

No documento da DGS referem-se ainda que estudos recentes mostram que "as máscaras cirúrgicas podem reduzir a detecção de ARN de coronavírus em aerossóis, com uma tendência para redução em gotículas respiratórias, sugerindo que as máscaras cirúrgicas podem prevenir a transmissão de coronavírus para o ambiente", vindas de pessoas sintomáticas, assintomáticas ou pré-sintomáticas.

Mesmo assim, realça-se que a eficácia do uso generalizado de máscaras na prevenção da infecção não está provada e alerta-se que o seu uso na comunidade implica o domínio das técnicas de colocação e remoção.

PAULO PIMENTA

Uso de máscara não descarta medidas como a etiqueta respiratória

teresa.serafim@publico.pt





14-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 19

Cores: Cor

**Área:** 5,57 x 3,83 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



OESTE | 10 MIL SEM EMPREGO
A CRISE SANITÁRIA TERÁ
CAUSADO ATÉ FINAL DE MARÇO
MAIS DE 10 MIL DESEMPREGADOS NA REGIÃO OESTE, ESTIMOU
A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DAQUELA ZONA DO PAÍS.





14-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 19

Cores: Cor

**Área:** 10,28 x 3,81 cm<sup>2</sup>





#### DESPEDIMENTOS | ACT MAIS INFORMADA

Ministério do Trabalho, tutelado por Ana Mendes Godinho, revelou em comunicado que a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) vai ficar com meios reforçados para identificar despedimentos coletivos ilegais, ao receber da Direção-Geral do Emprego a informação sobre despedimentos que lhe são comunicados.



CISION



**ID**: 85961372 14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 47

**Cores:** Cor **Área:** 10,50 x 13,14 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



#### DISCURSO DIRETO

Mário Nogueira: Secretário-geral da Fenprof perspetiva o 3º período do ano letivo

# "SERÁ MUITO EXIGENTE E COM UM ESFORÇO MAIOR"

CM- Os professores estão preparados para dar aulas pela internet? Mário Nogueira Foram apanhados de surpresa, como

todo o País. Está a ser um período muito difícil e de aprendizagem, e todos estão a tentar dar o melhor. Nas últimas semanas os professores aprenderam a lidar melhor com este mundo digital, o Ministério da Educação enviou orientações e neste 3º período haverá mais organização. O complemento do ensino pela televisão pode ajudar se os professores tiverem acesso antecipado.

Como perspetiva o 3º pe-



#### ríodo escolar?

 Será muito exigente, com um esforço maior para todos, e o ponto a que se chegar no final do ano ficará muito

aquém de um ano normal e as insuficiências terão de ser colmatadas nos anos seguintes. Se fosse igual os governos fariam sempre assim porque seria mais barato.

#### – Os exames do Secundário deverão mesmo avançar?

CISION

CORREIO dal manhã

**ID:** 85960543 14-04-2020



Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Area: 25,70 x 32,00 cm²

#### PS | QUER OUVIR BASTONÁRIA

Corte: 1 de 3

Partido Socialista quer ouvir a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, no Parlamento, para perceber como é que os bancos estão a apresentar às empresas as linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo, segundo o que deputado João Paulo Correia disse à Lusa.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

# Economia real testa regresso em maio

**CARTA** ②167 personalidades, desde empresários a médicos, pedem a Marcelo e a Costa retoma gradual da economia quando se levantar o estado de emergência **BELÉM**② Espera para ver o que vai acontecer com a Autoeuropa, que volta ao ativo no dia 27







🚯 Estado de emergência em vigor pelo menos até 1 de maio 🤡 Marcelo seguirá abertura de Espanha e Alemanha 🟮 Costa ouve hoje economistas sobre crise

#### MIGUEL GANHÃO/SALOMÉ PINTO

o dia em que a Espanha aligeirou as medidas de confinamento e a ministra da Saúde, Marta Temido, veio admitir a necessidade do uso generalizado de máscaras em Portugal, 167 personalidades enviaram uma carta ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao presidente da Assembleia da República, pedindo o levantamento gradual do estado de emergência para que a atividade económica volte "à normalidade possível".

Os subscritores, empresários, políticos, pessoal médico e do mundo do espetáculo, propõem neste novo período o uso obrigatório de máscara (ontem admitido pela ministra), a testagem rápida dos casos suspeitos e a notificação via SMS das pessoas que estiveram em contacto com cidadãos infetados.

A carta, enviada aos visados no mesmo dia em que foi tornada pública nos media, terá sido recebida por Belém como "mais um contributo importante" da sociedade civil para o combate à pandemia, apurou o CM. Mas mais importante do que manifestos será a capacidade da economia real mostrar que está preparada para retomar a atividade em maio. E, para isso, Marcelo vai acompanhar ao pormenor o que vai acontecer com a Autoeu-

ropa, que regressará ao trabalho no próximo dia 27 com dois turnos ativos. A fábrica alemã de Palmela tem 5900 trabalhadores que se encontram parados há mês e meio, e o regresso à atividade é considerado um baróme-

#### PATRÕES E SINDICATOS TEMEM PRECIPITAÇÃO E PEDEM PRUDÊNCIA

tro fundamental para o que pode acontecer nas restantes empresas. Segundo apurou o CM, Belém acompanha a situação de Espanha, o nosso principal parceiro comercial, e Alemanha, outro destino de eleição das nossas exportações. A ideia é seguir

o mesmo ritmo de abertura desses países, sem aligeirar as regras de saúde pública.

No caso da restauração, o tempo é também de expectativa. O presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) considera que "é muito difícil tomar hoje uma decisão quanto ao tempo em que levaremos a regressar à normalidade". Para João Vieira Lopes, "se a evolução da pandemia começar a baixar, então podemos começar a tomar medidas nesse sentido", mas "a abertura progressiva dos restaurantes só pode acontecer quando existir mais gente a trabalhar". Vieira Lopes revelou ainda que a CCP está a

fazer um inquérito entre os seus associados sobre as condições para a reabertura da atividade.

para a reabertura da atividade.
Os sindicatos também se regem pelo diapasão da prudência. O secretário-geral da FE-SAP, José Abraão, teme que seja "precipitado andar tão depressa", alertando que em determinadas funções do Estado como "a recolha do lixo não estão a ser cumpridas as atuais medidas de segurança". "O que é preciso agora é assegurar emprego e rendimentos", acrescentou ainda a secretária-geral da CGTP, Isabel Camarinha.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO



14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 5

Cores: Cor

**Área:** 25,70 x 32,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3



#### IMOBILIÁRIO JUM ANO PARA NORMALIDADE

romotores e mediadores imobiliários do mercado residencial consideram que o regresso à normalidade deverá demorar cerca de 12 meses, após o surto da Covid-19 estar controlado, segundo o inquérito mensal de confiança 'Portuguese Housing Market Survey', divulgado ontem.



CGTP | DESPEDIMENTOS
A INTERJOVEM, DA CGTP,
DENUNCIOU ONTEM "CENTENAS
DE DESPEDIMENTOS
SELVAGENS" DE JOVENS
TRABALHADORES
COM VÍNCULO PRECÁRIO.

#### PCP | CRITICA ESTADO DE EMERGÊNCIA

secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, subiu ontem o tom das críticas ao estado de emergência decretado devido à pandemia causada pela Covid-19 por ter acrescentado "mais limitações a direitos, liberdades e garantias, em particular dos trabalhadores". O PCP absteve-se na votação parlamentar do estado de emergência.



# Sessão do 25 de Abril com menos pessoas

☑ O presidente do Parlamento, Ferro Rodrigues, concorda com a proposta do PSD para que a sessão solene do 25 de Abril tenha menos pessoas. "Vem ao encontro da posição expressa por mim", disse. ●



Ferro Rodrigues quer menos pessoas nas comemorações

## PSD quer festejar com limite de convidados

☑ O PSD vai defender na conferência de líderes de amanhã que se realize a tradicional sessão solene do 25 de Abril na Assembleia da República com muito menos deputados e convidados. ●

#### Sessão à esquerda e mensagem à direita

☐ PCP e BE defendem a manutenção da sessão solene do 25 de Abril com menos pessoas. Já o PAN sugeriu uma cerimónia por videoconferência e o CDS quer uma mensagem ao País do Chefe de Estado. ●

# Dois milhões regressam ao trabalho em Espanha

# PROTEÇÃO Trabalhadores devem manter distanciamento e usar máscara

Cerca de dois milhões de espanhóis começaram ontem a voltar ao trabalho após expirar a suspensão de atividade dos setores não essenciais da economia. O regresso fez-se, porém, a meio gás, já que ontem foi feriado em mutas comunidades autónomas, não sendo, por isso, notório um grande aumento de pessoas nas ruas ou nos transportes públicos.

A medida abrange os trabalhadores da indústria, construção civil e serviços, que estavam parados desde 30 de março, data em que foi decretado o es-

#### GOVERNO VAI DISTRIBUIR 10 MILHÕES DE MÁSCARAS DE PROTECÃO

tado de emergência em Espanha. O governo insiste que o regresso ao trabalho não significa o fim das medidas de contenção e distanciamento social, que continuam em vigor, pelo menos, até dia 26. Para isso, o executivo impôs normas rígidas para os trabalhadores que ontem voltaram ao trabalho, incluindo a obrigatoriedade de usar máscara de proteção, principalmente nos transportes públicos e no local de trabalho. Já as empresas devem assegurar que os funcionários têm condi-



Uso de máscara é obrigatório para todos os que regressam ao trabalho

ções para manter a distância de segurança de 1,5 metros no seu posto de trabalho. Outras medidas são o escalonamento das horas de entrada e saída, para evitar grandes concentrações de pessoas.

Nos primeiros dias deste regresso ao trabalho, as autoridades vão distribuir 10 milhões de máscaras de proteção gratuitas, principalmente nas estações de comboio e de metro. A Organização Mundial da Saúde considerou ontem que as decisões governamentais sobre olevantamento das medidas de contenção devem ter como principal critério a proteção da vida das pessoas e que o mesmo só deve acontecer quando as cadeias de transmissão local da doença estiverem sob controlo, sob pena de provocar uma possível segunda vaga de infeções. ©RR

#### MÁSCARAS OBRIGATÓRIAS NA REPÚBLICA CHECA

☑ Depois da massificação dos testes, na República Checa o número de infetados diminui. O uso de máscaras é obrigatóno na rua e nos serviços e trans portes públicos. Híperes e supermercados funcionam •

#### ÁUSTRIA COMEÇA HOJE A ABRIR LOJAS E PAROUES

☼ A partir de hoje os austríacos podem sair à rua, mas com máscara. Vão abrir lojas de ferragens, parques públicos e comércio com uma área total até 400 m2. Centros comerciais deverão abrir a 1 de maio. •

#### DINAMARCA REABRE CRECHES E ESCOLAS

© Ogoverno dinamarquês abre amanhã as creches e as escolas primárias. O comércio também deverá começar a trabalhar, faseadamente. A situação será revertida ao mínimo aumento de novos infetados.

#### COREIA DO SUL RECEIA SEGUNDA VAGA DO VÍRUS

Depois de ter abrandado as medidas de confinamento no final de março, a Coreia do Sul confronta-se agora com uma subida dos casos positivos de Covid-19, o que leva a temer uma segunda vaga do vírus.

CISION

ID: 85960543 14-04-2020

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Meio: Imprensa

País: Portugal

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 3,84 x 4,97 cm<sup>2</sup>

Corte: 3 de 3







MINÉRIO **CONCURSO** FAZ VOLTAR







FAFEP.48 Menino de 7 anos ferido por ataque de cão na rua

FELGUEIRAS P.33 Pede ajuda ao 112 e acaba detido

SOURE P.35

Denuncia crime contra animais









14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 10

Cores: Cor

Área: 18,57 x 29,20 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1





Várias empresas têm anunciado recurso ao layoff

BRUNO GONÇALVE

# Covid-19. Eugénio Rosa alerta: crise já chegou aos trabalhadores

Economista chama a atenção para o número de portugueses que já ficaram sem emprego e os que perderam parte dos seus rendimentos.

SÓNIA PERES PINTO sonia.pinto@ionline.pt

Mais de 163 mil trabalhadores ficaram sem emprego, 981 500 estão sem atividade e mais de 1.7 milhões sofreram uma redução de rendimentos, no espaco de um mês. O alerta é dado por Eugénio Rosa, recorrendo ao inquérito realizado pela Universidade Católica que teve como objetivo avaliar o impacto da crise causada pelo coronavírus a nível do trabalho e dos rendimentos dos portugueses. "Nos vários estudos anteriores tenho chamado a atenção para as graves consequências económicas e sociais da paragem da economia, para o elevado desemprego e para a perda de rendimentos que causará a centenas de milhares de portugueses que tinham emprego", alerta o economista.

Eugénio Rosa relembra a garantia dada pelo primeiroministro ao afirmar que não estava disponível para aplicar uma política de austeridade, mas o economista garante que é necessário relembrar que a austeridade já começou para mais de 1,8 milhões de portugueses, "Tomando como base o número de trabalhadores por conta de outrem em dezembro de 2019 (4,083 milhões), é fácil de concluir que já foram despedidos 163 mil trabalhadores devido à crise, e isto apenas num mês. Já tinha advertido que isso iria acontecer porque a lei do layoff, fácil e rapidamente aprovada pelo Governo, não obriga as entidades patronais a colocarem em layoff todos os trabalhadores da empresa para obterem apoio do Estado, mas apenas aqueles que eles quiserem", refere.

Por outro lado, segundo o economista, 36% dos inquiridos têm agora rendimentos inferiores aos que recebiam antes da crise, ou seja, há cerca de um mês. "Tal percentagem representa, em relação ao emprego total, que inclui empresários e trabalhadores, 1 766 700 portugueses e, relativamente a trabalhadores, corresponde a 1 470 000. E a perda de rendimentos foi muito desigual", salienta.

Eugénio Rosa recorre ainda aos dados divulgados pelo INE em relação ao inquérito ao emprego do quatro trimestre do ano passado e lembra que, se forem considerados os trabalhadores por segmentos de salários líquidos, os que recebiam até mil euros sofreram uma redução de 46% nos seus rendimentos (são cerca de 1 104 000); os com salários entre mil e 2500 euros tiveram uma diminuição nos seus

rendimentos de 33% (são cerca de 350 mil); e os trabalhadores com salários superiores a 2500 euros por mês sofreram uma redução de 24% no seu rendimento mensal (cerca de 16 mil).

O economista diz também que o fecho de milhares de empresas e o eventual desaparecimento de muitas destas (crise do lado da oferta) e a quebra elevada dos rendimentos da maioria dos portugueses (crise do lado da procura) causada pela paragem abrupta da atividade económica, devido a uma parte significativa da população trabalhadora estar em casa (efeito do coronavírus), estão "a lançar o pais numa crise prolongada de difícil recuperação de que a maioria dos portugueses ainda não se aperceberam claramente porque ainda estão atordoados por causa da covid-19.

E dá como exemplo a dívida do Estado, que tem vindo a aumentar. "A 'ajuda' da União Europeia é mais dívida que depois temos de pagar com mais impostos", avisa, acrescentando que "quanto mais tarde se atuar, major será o afundamento da economia e maiores serão as consequências económicas e sociais dramáticas da crise, nomeadamente em liquidação de empresas, em aumento do desemprego e em perda de rendimentos, e muito mais difícil a recuperação".





Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 11

Cores: Preto e Branco

**Área:** 4,76 x 7,04 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



### CGTP. Despedimento de jovens trabalhadores

PORTUGAL A Interjovem da CGTP alertou para a "situação vulnerável" de jovens trabalhadores devido à covid-19. A CGTP explica que através de contratos a termo, empresas de trabalho temporário, falsos recibos verdes, "os jovens trabalhadores vivem e trabalham na incerteza de um vínculo precário de trabalho", acrescentando que "é a precariedade que está por trás de centenas de despedimentos de jovens trabalhadores".





Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Preto e Branco

Área: 4,05 x 24,20 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1





#### Poderes contra despedimento coletivo ilegal

#### **INFORMAÇÃO**

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) vai ter mais poderes para investigar despedimentos coletivos ilegais, segundo anunciou o Governo. A Direção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho passa a partilhar informação com a ACT e o IEFP.

#### **DENÚNCIA**

"A ACT poderá identificar rapidamente todos os despedimentos coletivos com indícios de não estarem de acordo com a lei e que sejam sinalizados por denúncia de trabalhadores, sindicatos ou outros meios. Este é um mecanismo de reforço dos poderes da ACT", diz em comunicado.

#### **OBRIGAÇÃO**

O Ministério do Trabalho e da Segurança Social acrescenta que o Governo "atribuiu à ACT o poder de notificar as empresas com processos de despedimento coletivo". As empresas mantêm a obrigação de pagar a retribuição aos trabalhadores até decisão judicial.

#### INSTRUMENTO

"A ACT terá mais um instrumento à sua disposição para, mais rapidamente e num maior número de casos, verificar indícios de ilegalidade", diz Miguel Cabrita, secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional.





14-04-2020

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág**: 9

Cores: Preto e Branco

Área: 13,91 x 12,35 cm<sup>2</sup>





### Lei de perdão de penas. Um terço dos reclusos já saiu das prisões

Até às 18h de ontem foram libertados 334 reclusos, menos 10 do que no sábado, dia em que a lei entrou em vigor.

Quatro dos cinco Tribunais de Execução de Penas (TEP) libertaram ontem um total de 334 reclusos. Segundo um comunicado emitido pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM), a maior parte destes reclusos estava em Lisboa (128), seguindo-se Évora (75), Porto (65), Coimbra (56) e Ponta Delgada (8).

Estes 334 reclusos encontramse ao abrigo da lei de perdão de penas, criada para combater a propagação da covid-19 dentro dos estabelecimentos prisionais durante o estado de emergência.

São agora 761 pessoas que, desde que a lei entrou em vigor, no sábado, e até às 18h de ontem já foram libertadas pelos TEP, o que corresponde a um terço dos reclusos que estão previstos libertar ao abrigo desta lei.

Segundo o vice-presidente do CSM, é esperado que os cerca de 2200 reclusos que vão ser libertados saiam das prisões "no prazo de uma a duas semanas", logo após a análise dos juízes. No comunicado emitido na manhã desta segunda-feira, o CSM reitera ainda que tanto o sistema judicial de execução como os profissionais que nele

O CSM prevê que os cerca de 2200 reclusos sejam libertados em duas semanas

trabalham "têm plena capacidade de dar integral e rápido cumprimento às disposições da lei em causa".

Esta situação excecional levou a que cerca de 1200 funcionários dos cinco TEP, que se encontravam em regime de teletrabalho, tivessem que voltar aos tribunais. Segundo o jornal Público, o Sindicato dos Funcionários Judiciais considera que está a ser posta em causa a saúde e integridade física destes profissionais e. por estas razões, o sindicato não deixa de lado a hipótese de desencadear uma ação judicial contra esta ordem de regresso, emitida pela Direção-Geral da Administração da Justiça.

Além dos 334 reclusos libertados até às 18h de ontem, foram libertados, no dia em que a lei entrou em vigor, 344 pessoas, e, no domingo de Páscoa, 83 reclusos.





14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 16

Cores: Cor

Área: 9,15 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



### Cadeias já têm menos 761 reclusos

Só ontem foram libertados 344 presos. Chefes da guarda prisional criticam silêncio da ministra

PREVENÇÃO Desde que foi determinada a libertação de reclusos, a fim de travar a propagação da Covid-19 nas cadeias, 761 presos já regressaram a casa. Só ontem 344 presidiários abandonaram as celas.

Também ontem, a Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional (ASCCGP) veio exigir o reconhecimento do papel dos guardas prisionais na manutenção da tranquilidade nas cadeias portuguesas. "Todos elogiam toda a gente, mas ninguém teve uma palavra de apreço para com os guardas prisionais. Estranhamos o silêncio de todos os que nos tutelam, em primeira linha, da ministra da Justiça", afirmou, ao JN, Hermínio Barradas, presidente da ASCCGP.

Primeiro os números. Ao longo do dia de ontem foram libertados 344 reclusos que cumpriam as condições definidas pelo Governo para sairem precocemente. Um total de 128 estavam presos em Lisboa, enquanto 65 estavam colocados em estabelecimentos prisionais do Grande Porto. Houve também saídas antecipadas nas cadeias de Évora, Coimbra e Ponta Delgada.

Feitas as contas, 761 presidiários regressaram a casa em apenas três dias, "Os cinco Tribunais de Execução de Penas estão em pleno funcionamento, com o reforço de quadros que se afigurou necessário à aplicação das normas excecionais previstas na lei", salienta o Conselho Superior de Magistratura.

#### TRABALHO DIFICULTADO

Para o presidente da ASCCGP, a rapidez com que a libertação de reclusos está a ser feita "veio dificultar o serviço" dos guardas prisionais. "Deviam ter ajustado os recursos", defende Hermínio Barradas, que nunca pensou que "uma lei fosse publicada numa sexta-feira e num feriado" e executada no fim de semana seguinte. "Mas o corpo da guarda prisional está a reagir de forma excecional. Isto veio provar que temos uma grande capacidade de entrega e de adaptação", alega.

Virtudes que, refere o sindicalista, não estão a ser reconhecidas. "Ninguém se pronuncia e as pessoas estão a ficar fartas", critica. Aliás, para o presidente da ASCCGP, as palavras que a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, proferiu até ao momento "levam a pensar que houve uma maior preocupação com o que poderia acontecer aos reclusos do que aos guardas prisionais". "Este silêncio é uma mera opção política de quem não quer reconhecer que os guardas prisionais são imprescindiveis", acu-Sa. ROBERTO BESSA MOREIRA



Ontem, 65 reclusos foram libertados das cadeias do Porto

14-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 21,48 x 14,52 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 318. Preço: 1,20€ Terça-feira 14 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel



# INDÚSTRIA TÊXTIL V ODUZIR MILHÕES DE MASCARAS SOCI

Proteção Centro tecnológico, Infarmed e ASAE em vias de certificar modelo português Creches Privados pedem ao Estado subsídio de 150 euros por criança para travar fuga em massa **Saúde** Hospitais de campanha já recebem os primeiros doentes Páscoa Promotores de beijos na cruz arriscam crime de propagação de doença Paginas 4 a 20

BALANCO 535 MORTOS 16 934 INFETADOS 277 CURADOS

Sentença Terá de pagar 45 mil euros para evitar cadeia em falência fraudulenta

a empresa da mulher e alugou-as P. 23









#### Circulação

Novos sinais de trânsito nas ruas a partir do dia 20 P. 21

Revolta contra aumento do preço da água P. 28

Futebol Nacional da Madeira regressou aos treinos P. 41



PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA. CONTACTOS NO INTERIOR







**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!** SSINE O JORNAL DE NOTICIA





14-04-2020



Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 17

Cores: Cor

Área: 4,15 x 8,93 cm²

Corte: 1 de 1



#### ACT com reforço para verificar despedimentos coletivos ilegais

TRABALHO A Direção-Geral do Emprego e Relações do Trabalho vai passar a enviar à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) os despedimentos coletivos que lhe são comunicados. O reforço de comunicação permitirá, segundo o Governo, cruzar dados com denúncias ou queixas para detetar mais facilmente despedimentos coletivos ilegais.





Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 21

Cores: Cor

Área: 10,75 x 28,94 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



### PGR avisa MAI de que é proibido à PSP e GNR exigir teste de gravidez na admissão de mulheres

#### **Contratações Maria Lopes**

Parecer é lapidar na crítica a critérios de recrutamento que discriminam mulheres na admissão às forças e serviços de segurança

A GNR e a PSP não podem exigir testes de gravidez ou a apresentação de qualquer documento que ateste que as candidatas à admissão naquelas forças de segurança não estão grávidas. Nem tão-pouco podem preferir uma candidata não grávida em detrimento de uma grávida e apenas por esse motivo. Se o fizerem estão a violar a Constituição por desrespeitarem o princípio da igualdade.

O aviso é feito pelo conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) num parecer emitido há um mês mas apenas publicado ontem em Diário da República. O parecer é uma resposta ao ministro da Administração Interna que há onze meses, no rescaldo do concurso que impedia que grávidas, portadores de VIH e portadores de sinais distintivos concorressem para guardas-florestais, pediu um parecer à PGR sobre os critérios usados nos concursos de admissão para as forças e serviços de segurança, argumentando estarem a ser usados os mesmos "procedimentos de recrutamento" nas Forças Armadas.

Eduardo Cabrita questionava se os "requisitos de admissão respeitantes à aptidão física e psíquica (...) destinados à identificação de limitações de ordem funcional susceptíveis de constituir incapacidade ou diminuição para a capacidade para o serviço, ou a gravidez detectada nos métodos de selecção ou até à data de iniciação do curso respectivo", violam a Constituição e a lei geral do trabalho em funções públicas.

"Não sendo a GNR, incluindo a carreira de guarda-florestal, ou a PSP reservadas apenas a homens, a discriminação entre uma mulher grávida e uma mulher não grávida, com a consequente exclusão da primeira, viola, pois, o princípio da igualdade. Aquele estado não é fundamento material suficiente para a tratar de forma radicalmente tão diferente. Só assim não será se durante a fase inicial (eventualmente de formação prévia ao exercício efectivo de funções) tiver de ser submetida a provas incompatíveis com a sua saúde e a saúde do nascituro. De todo o modo, jamais poderá ser prejudicada."

A PGR não tem dúvidas sobre a questão dos testes de gravidez, cita decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia, e até lembra ao ministro da Administração Interna que Portugal ratificou a última convenção de protecção da maternidade da OIT em que se comprometeu a garantir que a maternidade não é usada como discriminação em matéria de emprego.

"A gravidez é uma situação temporária, finda a qual a candidata poderá desempenhar em pleno as suas funções", lê-se no parecer da PGR.

maria.lopes@publico.pt



Pedir teste de gravidez é proibido, defende PGR